

Fernanda Malta Leite Nascimento

**Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção Da Qualidade de Vida em Escolares Da
Educação Infantil:**

Percepção da função desempenhada neste processo



Porto, 2018

Fernanda Malta Leite Nascimento

**Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção Da Qualidade de Vida em Escolares Da
Educação Infantil:**

Percepção da função desempenhada neste processo



Porto, 2018

Fernanda Malta Leite Nascimento

**Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção Da Qualidade de Vida em Escolares Da
Educação Infantil:**

Percepção da função desempenhada neste processo

Atesto a originalidade do trabalho,

Dissertação de Mestrado em Docência e Gestão da Educação apresentada pela mestranda Fernanda Malta Leite Nascimento para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, na área de especialização em Administração Escolar e Administração Educacional, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva

Porto, 2018

Resumo

Esta dissertação tem por objetivo analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de Educação Alimentar e Nutricional. Trata-se de um estudo descritivo, com plano de fundo misto, combinando uma abordagem quantitativa e uma abordagem qualitativa. Acerca das percepções de quatorze educadoras e dois coordenadores pedagógicos de centros de educação da modalidade infantil, através da aplicação de instrumento de questionário e entrevistas abertas, respectivamente. O período de estudo compreende o primeiro semestre de 2018. Os dados mostram que ambos os profissionais possuem percepção diferentes, sendo que os educadores entendem que o processo EAN deve englobar os demais profissionais e áreas do saber, além de inserir nas diretrizes da educação em questão termos voltados para segurança e direito dos sujeitos à alimentação adequada. Já os coordenadores pedagógicos consideram que a EAN como meio de oferta de alimentação e de seus elementos nutricionais. Conclui-se que é importante que as práticas englobem outros profissionais em EAN, considerando relevante a presença de outros campos do saber para nortear as práticas de EAN no contexto escolar e a precisão de processos permanentes que englobem aproximações interdisciplinares e transversais, tendo em vista, que estas abordagens são compreendidas como uma das principais estratégias de promoção de qualidade de vida, visto que os hábitos alimentares são construídos na infância e são melhores formados quando acompanhado por diversos campos de conhecimento e por variados profissionais de tais campos.

Palavras chaves: Educação alimentar e nutricional. Qualidade de vida. Hábitos alimentares.

Abstract

This dissertation aims to analyze the perception of teachers and pedagogical coordinators about their role in the process of Food and Nutrition Education. This is a descriptive study with a quantitative and qualitative background that analyzed the perceptions of fourteen educators and two pedagogical coordinators of the children's education centers, through the application of a questionnaire and open interviews, respectively. The study period comprises the first half of 2018. The data show that both professionals have different perceptions. Educators understand that the EAN process must encompass other professionals and areas of knowledge, besides inserting into the educational guidelines in question terms as safety and right of the subjects to adequate food. The pedagogical coordinators, however, consider EAN as a means of providing food and its nutritional elements. It is concluded that it is important that the practices include other professionals in EAN, considering the presence of other fields of knowledge to guide EAN practices in the school context and the precision of permanent processes that encompass interdisciplinary and transversal approaches, that these approaches are understood as one of the main strategies to promote quality of life, since eating habits are built in childhood and are better formed when accompanied by several fields of knowledge and by various professionals in such fields.

Key words: Food and nutritional education. Quality of life. Eating habits.

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, por conduzirem no caminho do bem.

Dedico também aos meus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha vida e por me oportunizar acesso a esta formação, como também por ter me conduzido durante toda a jornada, em especial nos momentos difíceis.

Agradeço também aos meus professores, pelas contribuições ao meu desenvolvimento acadêmico, pelos valiosos ensinamentos e pelas indispensáveis críticas.

Gratidão aos meus pais, por todo incentivo e suporte espiritual.

Por fim, agradeço em especial a minha orientadora Professora Doutora Isabel Silva , pela paciência e disponibilidade em dividir comigo seu conhecimento e sabedoria.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

Nelson Mandela

Índice

Introdução.....	01
I Promoção da Saúde no Contexto Escolar e a Alimentação Adequada.....	08
1.1 Promoção da saúde.....	08
1.2 Qualidade de vida.....	12
1.3 Alimentação adequada escolar.....	14
1.3.1 Hábitos alimentares em crianças.....	18
1.3.2 Comportamento alimentar.....	20
II Educação Alimentar e Nutricional na Escola.....	23
2.1 Aspectos históricos e políticos da educação nutricional.....	23
2.2 O papel da escola.....	28
III Metodologia.....	34
3.1 Introdução.....	34
3.2 Participantes.....	36
3.3 Materiais.....	36
3.4 Procedimentos.....	38
IV Resultados e Discussão dos Dados.....	40
4.1 Percepção dos professores.....	40
4.1.1 Características dos professores.....	40
4.1.2 Percepção do professor acerca da educação alimentar e nutricional e seus processos.....	41
4.1.3 Abordagem educativa e pedagógica usadas em EAN.....	46
4.1.4 Prática permanente e interprofissional no processo de promoção de hábitos alimentares saudáveis na escola.....	49
4.1.5 Escola como contexto apropriado para o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional.....	52
4.2 Percepção dos Coordenadores Pedagógicos.....	55
Conclusões.....	61
Referências.....	64
Apêndice A – Termo de Ciência e Aprovação.....	73
Apêndice B – Termo de Ciência e Aprovação.....	74
Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	75

Apêndice D – Instruções para Preenchimento dos Instrumentos de Pesquisa Destinada aos Professores.....	89
Anexo A - Questionário Destinado aos Professores.....	90
Anexo B - Entrevista Destinada aos Coordenadores Pedagógicos.....	94

Lista de Siglas

CF: Constituição Federal
CNA: Comissão Nacional de Alimentação
CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CNSAN: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CM: Carta Magna
CMEI: Centros de Municipais de Educação Infantil
EAN: Educação Alimentar e Nutricional
EC: Emenda Constitucional
EPS: Escolas Promotoras de Saúde
ES: Espírito Santo
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IREPS: Regional Escolas Promotoras de Saúde
MDS: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS: Ministério da Saúde
OMS: Organização Mundial da Saúde
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN: Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNPS: Política Pública de Promoção de Saúde
SAN: SAN: Segurança Alimentar e Nutricional
SAPA: Serviço de Alimentação e Previdência Social
TCE-RS: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Lista de Tabelas

Tabela 1: Características dos professores.....	40
Tabela 2: Percepção da EAN: nutrientes e saúde.....	41
Tabela 3: Percepção do papel na conscientização da alimentação saudável na promoção da saúde.....	42
Tabela 4: Percepção das ações do EAN promovem hábitos alimentares saudáveis.....	42
Tabela 5: Percepção da função de oportunizar escolhas alimentares mais saudáveis <i>versus</i> promoção da qualidade de vida.....	43
Tabela 6: Planejamento e implantação da EAN e outros contextos e profissionais.....	43
Tabela 7: Concretização de práticas em EAN <i>versus</i> mudanças de comportamento.....	44
Tabela 8: Percepção de que no processo da EAN se deve passar todo saber acerca da questão ao aluno.....	45
Tabela 9: Direito à alimentação adequada e a SAN e a EAN.....	45
Tabela 10: Ações por meio de participação ativa do aluno e a transformação social.....	46
Tabela 11: Percepção da função de sensibilizar o autocuidado, autonomia e o empoderamento dos alunos.....	47
Tabela 12: Ações ativas e a integração teórica e prática no processo de EAN.....	48
Tabela 13: Percepção da função mediadora através de saber prévio.....	48
Tabela 14: Percepção da promoção do papel do aluno no estado de saúde do mesmo.....	49
Tabela 15: Percepção da função educativa e da função de outros profissionais na saúde na promoção da saúde, por meio de alimentação saudável.....	50
Tabela 16: A EAN como projeto de vida constante na formação de hábitos de alimentação saudável, por meio de campos e profissionais diversos na transformação de práticas sociais.....	50
Tabela 17: Percepção de interprofissionais na EAN como prática transformadora.....	51
Tabela 18: Percepção da função da nutricionista e do coordenador pedagógico no EAN.....	51
Tabela 19: A escola na formação do sujeito.....	52
Tabela 20: Percepção da função do campo da saúde na promoção da qualidade de vida.....	52
Tabela 21: Escola e a junção de família e área da saúde na promoção da saúde.....	53
Tabela 22: A EAN e o Projeto Político Pedagógico.....	53
Tabela 23: Desenvolvimento do EAN por meio de ações interdisciplinares.....	54
Tabela 24: Descrição dos coordenadores pedagógicos.....	55

Introdução

A alimentação no decorrer da vida dos indivíduos é um assunto que vem sendo debatido em diversas áreas, como: saúde, nutrição, política, escolar e outras, tendo em vista, o papel essencial que ela exerce no decorrer do ciclo de vida dos indivíduos. A alimentação desempenha diversas funções no organismo, como: energética, plástica, reguladora e construtora, atuando como substratos precisos para atender às necessidades do organismo, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

Cunha (2014, p. 9) acrescenta que “... para cada fase da vida, a alimentação tem uma importância diferente, mas é essencial em todas elas”. Entretanto, na fase infantil, a alimentação desempenha papel decisivo nesta fase, devido ao período de maturação biológica que as crianças passam, onde as exigências nutricionais são elevadas, além de que, como bem observado por Tozoni e Reis (2010, p. 111), o “desenvolvimento físico e intelectual da criança depende diretamente de uma alimentação equilibrada e harmônica em quantidade e qualidade adequada”.

O grupo etário de crianças em idade escolar desponta como um grupo de extrema relevância, em decorrência da fase de maturação biológica que as crianças se encontram e ao fato de que é nesta fase que ocorre à formação dos hábitos alimentares dos sujeitos, que tenderão a se solidificar na vida adulta, corroborando com o mencionado Cavalcanti (2009, p. 28), discorre que “a infância corresponde ao período de formação dos hábitos nutricionais da vida adulta. É nessa fase que se fundam as bases para a alimentação”.

Fagioli e Nasser (2006), em consonância, expõem que os anos iniciais da criança são decisivos na formação dos hábitos alimentares que determinaram o comportamento alimentar futuro destas e que tendem a perdurar na vida adulta, onde a relevância da educação nutricional pode ser percebida na promoção da qualidade de vida dos indivíduos.

Moraes (2004, p. 66) na mesma linha de pensamento, pontua que os:

Hábitos alimentares adquiridos na infância, sejam ruins ou bons, permanecem com a pessoa por toda a sua vida. Quanto menor for à idade da criança, mais fácil fica ensinar hábitos corretos de alimentação. E o nutricionista tem um papel fundamental para que isto ocorra. Os hábitos alimentares corretos são propulsores de boa saúde.

Vitolo (2008) informa que a formação dos hábitos alimentares da criança, inicialmente, é influenciada pelas relações que são estabelecidas no ambiente familiar dela, entretanto, ela não tem a capacidade de escolher alimentos com relação ao valor nutricional deles, assim, os hábitos alimentares delas são formadas por meio da experiência e da observação do comportamento dos pais, através das preferências e atitudes deles perante a alimentação, além do fato dos pais interferirem diretamente na disponibilidade dos alimentos para a criança.

Loureiro (2005) acrescenta que a escola, após a família, é o grupo mais relevante que a criança estabelece relações, logo após ser inserida neste contexto, ela passa a ser influenciada também pelas relações estabelecidas ali, tendendo a repetir o comportamento alimentar dos colegas e professores, que podem ser bons ou não. Danelon et al. (2006) corroboram que a escola não influencia somente nos hábitos alimentares, mas influencia também na formação da personalidade da criança. Estes autores acrescentam que estas, neste contexto, atuam como mensageiras ativistas na reprodução do conhecimento e dos comportamentos observados, transmitindo-os aos seus familiares. Assim quando observados comportamentos alimentares bons ou ruins, ela, além de os reproduzi, irá também transmiti-los.

Mediante as problemáticas a curto e longo prazo no campo da saúde, em decorrência de comportamentos alimentares inadequados, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) integra ações em conjunto com a legislação e incita à promulgação de locais promotores da alimentação saudável. Assim, entende-se que é incontestável a relevância da educação para a promoção da saúde, que tem vindo a ser reconhecida por diversos autores como fator essencial para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos (Aerts et al., 2004; Oliveira, 2007). Segundo a Organização Mundial de Saúde ([OMS], 1948), a saúde está atrelada ao bem estar físico, social, emocional e espiritual, isto é, a qualidade de vida em geral, não significando necessariamente a ausência de patologias, sendo a educação em saúde um ambiente de produção e aplicação dos saberes destinados ao desenvolvimento humano (Abreu et al., 2001).

Desse modo, a escola cumpre com seu papel destacado na formação dos sujeitos para uma melhor qualidade de vida, na medida em que os educandos são influenciados por este contexto e tendem a refletir, repetir e até propagar os conhecimentos advindos deste ambiente. Neste contexto, é relevante que a escola assuma uma nova função frente à organização dela, adotando mecanismos em termos de promoção de saúde, por meio de discussão e vivências que conduzam os alunos a adotarem hábitos alimentares saudáveis quando adultos.

O ensino da educação, na perspectiva de promoção de saúde, nas escolas de educação infantil no país ainda não é trabalhado adequadamente, embora se reconheça a relevância do mesmo. No que tange à abordagem de temas associados à saúde, de acordo com Freitas e Martins (2008), aponta-se a relevância da nutrição, entretanto, os livros didáticos acerca do assunto se limitam apenas a explicar sobre as funções dos alimentos no corpo e as patologias associadas à carência dos nutrientes, não abordando a questão dos hábitos alimentares e seu impacto na qualidade de vida dos mesmos a curto e em longo prazo.

Nesse sentido, o governo instituiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a finalidade de promover a inserção da EAN, “... no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida” (Brasil, 2013, p. 54). Sendo esta definida por Albiero e Alves (2007), como um conjunto de atividades voltadas para a formação ou alterações de hábitos alimentares saudáveis, a temática no contexto escolar tem por finalidade auxiliar a promoção e a preservação da saúde, por meio de uma nutrição correta e saudável, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo, de acordo com as políticas públicas destinadas a alimentação e nutrição.

Mediante o exposto, mostra-se a relevância da EAN na educação infantil, considerando o viés de desenvolvimento de hábitos saudáveis de vida na promoção da saúde e qualidade de vida dos sujeitos, onde se acredita que o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis na infância é essencial para um bom crescimento e desenvolvimento saudável; onde o ambiente escolar, ao abordar a relevância da inserção de hábitos adequados contribuirá para a promoção da qualidade de vida das crianças (Vargas & Lobato, 2007). Albiero e Alves (2007) enfatizam que a EAN é um instrumento importante na conscientização da adoção de práticas alimentares adequadas, considerando a relevância desta na qualidade de vida dos alunos.

Diante o exposto, questiona-se: Será a Educação Alimentar e Nutricional no contexto da saúde associada às práticas de alimentação saudável e constitui-se como vetor de promoção da qualidade de vida em crianças?

Na intenção de responder a questão, o objetivo geral do estudo, é analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de Educação Alimentar e Nutricional.

No que tange aos objetivos específicos, estes se desdobram em:

- Analisar se os participantes consideram relevante a Educação Alimentar e Nutricional como estratégia promotora da saúde e, conseqüentemente da qualidade, de crianças em idade escolar.
- Identificar as formas como a Educação Alimentar e Nutricional é desenvolvida na escola.
- Sugerir melhorias no processo de Educação Alimentar e Nutricional, voltadas à atuação dos professores e coordenadores pedagógicos, no sentido de promover a qualidade de vida das crianças estudadas.

O termo percepção usado nesta dissertação se atem a conhecer a percepção dos profissionais de duas escolas da rede ensino pública destinada à modalidade de ensino infantil acerca do tema EAN. Percepção tem origem latina, que significa *perception*, que significa entender a faculdade de saber, formar ideia acerca de algo (Houaiss, 2002). De acordo com Balasch (1991), percepção se refere à valorização que o sujeito tem sobre certa situação social e da sua função e atuação sobre a mesma.

Na visão de Mc Donald (1992), a percepção está relacionada com a forma de o sujeito entender um fenômeno e engloba os processos de incitação e incorporação de lembranças e vivências no processo de entendimento. Na filosofia, os empiristas concebem percepção como algo que depende de algo exterior, isto é, é gerado a partir de incitação externa que atua nos sentidos e no sistema nervoso, na visão dos intelectuais o termo se refere ao saber do sujeito, sendo este indivíduo ativo no processo de aquisição de conhecimento de coisas externas (Bacha, Strehlau & Romano, 2006).

Mediante as conceituações acima, no presente estudo adotaremos a definição proposta por Chauí (1999), que define percepção como vivências permeadas de significados, isto é, aquilo que é imbuído de sentido e faz parte do meio do indivíduo e de suas experiências de vida. Desta forma, a percepção dos sujeitos estudados acerca do EAN tem como temática a vivência pessoal dos mesmos e as vivências do ambiente escolar; o estudo busca também compreender como esta muda o comportamento e interfere na tomada de decisão dos estudados, fomentando a chance de sensibilização e mudança no aluno. Assim, a percepção acerca do EAN é permeada de fatores históricos e vivências de alimentação, subjetividades, crenças e representações acerca deste processo.

No que tange ao cenário de pesquisa, tem-se a cidade de Vitória, que é a capital do Espírito Santo, Brasil e possui 50 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) na rede de ensino público, que atendem aproximadamente 5.000 mil crianças, observa-se atualmente o seguinte quadro que compõem cada CMEI: 21 professores da Educação Infantil, 1 agente administrativo, 1 coordenador pedagógico, 1 pedagoga e 1 diretora, além de 6 profissionais terceirizados, sendo 3 da limpeza e 3 da alimentação. Os CMEIs de Vitória/ES no que tange a alimentação apoiam-se nas recomendações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), disponibilizando as crianças alimentação balanceada.

Assim, um estudo acerca educação nutricional e a promoção da qualidade de vida em criança em idade escolar é relevante nas esferas sociais, políticas e pessoais. Socialmente, justifica-se na medida em que os fatores acerca da saúde, como o estado nutricional, é apontado como uma das situações que impactam de maneira negativa a qualidade de vida dos indivíduos na medida em que estes se alimentam de forma inadequada. Considerando a importância das crianças como um dos principais grupos-alvo para estratégias de prevenção de controle de distúrbios alimentares, em decorrência de pertencerem a um grupo de risco, bem como o sucesso de ações a serem implantadas neste grupo é considerado relativamente alto.

Nesse sentido, o contexto escolar mostra-se como um ambiente atrativo para avaliar a promoção da qualidade de vida de crianças, levando em conta a abrangência, normalmente elevada, da escola entre os educandos da educação infantil e o amparo do sistema escolar para aquisição de informações acerca do comportamento alimentar destes sujeitos, com intenção de sugerir ações de prevenção de mudanças nutricionais. Ainda, no contexto escolar, a educação nutricional é percebida como instrumento de fomentação de hábitos alimentares saudáveis, por meio de práticas educativas que incorporem o estabelecido nos regulamentos legais referente à educação nutricional neste espaço, assim a educação nutricional pode ser considerada um eixo relevante de ação para a promoção da saúde, possibilitando aos educandos uma melhor qualidade de vida.

Politicamente, justifica-se, pois que, mesmo a nutrição seja percebida como uma das maneiras de manutenção de boa saúde, a mesma seja ainda pouco debatida no contexto escolar, onde se observa escassez de materiais científicos publicados no Brasil acerca do assunto de cunho teórico, metodológico e operacional; no que tange a consolidação das políticas públicas do assunto nos documentos de referência, estes se mostram também inexpressivos. O que soa

contraditória, considerando que a "... educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum" (Santos, 2012, p. 73).

Pessoalmente um estudo desta natureza justifica-se considerando a formação da autora deste estudo em Nutrição, pelo Centro Universitário Católico de Vitória – Salesiano. Esta formação acadêmica possibilitou que ela compreendesse o ser humano enquanto ser biológico e social e, a relação que este estabelece com o alimento. Tendo em vista que, a alimentação é essencial ao desenvolvimento do indivíduo e que para tal ela deve ser realizada de forma adequada, eis que surge a relevância no âmbito pessoal, que a possibilita enquanto profissional, atuar na promoção da saúde, influenciando na qualidade de vida dos indivíduos.

Metodologicamente este estudo, inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca do assunto em fontes científicas fidedignas, que fundamentou o estudo, onde fez o uso de dados primário, na finalidade de explicitar a importância da educação nutricional na qualidade de vida das crianças. Após, criou-se um questionário destinados aos professores e coordenadores pedagógicos das instituições de ensino infantil estudadas, acerca da percepção dos mesmos no que tange a influencia do saber sobre alimentação e relação deste com a saúde das crianças. Por fim, os dados foram coletados e analisados por meio da técnica qualitativa, através de um plano descritivo.

Esta dissertação está organizada em cinco momentos. Inicialmente contempla os elementos que compõem a introdução, como contextualização do tema, problema, objetivos, justificativa e uma breve explanação acerca dos métodos científicos usados no estudo. Após, abordamos a promoção da saúde no contexto escolar e a alimentação adequada, por meio das temáticas da promoção da saúde, qualidade de vida e alimentação adequada no contexto escolar. Logo, exploramos os aspectos históricos e políticos sobre a educação nutricional no país, apresentando as políticas públicas que tratam o assunto relacionando-as com contexto escolar, buscando compreender o papel delas sobre a formação de hábitos alimentares saudáveis. Em seguida, detalham-se as etapas metodológicas do estudo, apresentando uma breve introdução, participantes, lócus, materiais, procedimentos, materiais e tratamento e discussão dos resultados. Após, apresenta-se as conclusões que foram obtidas por meio do estudo, seguida das referências, apêndices e anexos.

I Promoção da Saúde no Contexto Escolar e a Alimentação Adequada

1.1 Promoção da saúde

Segundo a OMS esta pode ser conceituada como “... um completo estado de bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (OMS, 1948, p. 97), tal conceito emergiu em decorrência de inúmeros esforços de vários países no findar da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, em detrimento das variadas dimensões que permeiam a vida humana, a definição da OMS aponta uma tentativa de exceder a concepção negativa da saúde divulgada pelo campo médico, que embora tenha se avançado muito, esta sofreu deverás críticas.

Sendo este conceito imbuído de caráter inalcançável, como se vê na expressão “estado completo”, que aponta uma visão nada dinâmica do processo. Esta visão de frequência é observada em decorrência de ser saudável é entendido como normalidade que “... se define em termos de frequência estatística: o que se encontra em maior quantidade na média da população” (Caponi, 2003, p. 53). Nesse sentido, entende-se que o conceito inicial de saúde é inadequado, tendo em vista que ele desqualifica diversos sujeitos com, pois a maior parte destes não é saudável em sua totalidade o tempo todo.

A conceituação de 1948 minimiza a função da capacidade dos indivíduos em lidar com os obstáculos físicos, mentais e sociais de forma independente, ao não reconhecer que os sujeitos tem a capacidade de viver com uma sensação de bem-estar e realização, mesmo que estes possuam alguma condição de doença. Desta forma, a definição de saúde vai além das ações clínicas assistências, precisa ser compreendida na abrangência do processo saúde-doença, desse modo, a promoção à saúde, apresenta-se no mundo todo como mecanismo eficiente aos problemas de saúde (Caponi, 2003).

Nos anos 80, este conceito foi reformulado, abrangendo:

- I a *biologia humana*, que compreende a herança genética e os processos biológicos inerentes à vida, incluindo os fatores de envelhecimento;
- II o *meio ambiente*, que inclui o solo, a água, o ar, a moradia, o local de trabalho;
- III o *estilo de vida*, do qual resultam decisões que afetam a saúde: fumar ou deixar de fumar, beber ou não, praticar ou não exercícios;

IV a *organização da assistência à saúde*. A assistência médica, os serviços ambulatoriais e hospitalares e os medicamentos são as primeiras coisas em que muitas pessoas pensam quando se fala em saúde (Scliar, 2007, p. 37)

Salienta-se, que apesar desta reformulação dos anos 80, o conceito da OMS ainda apresenta a mesma visual da sua primeira formulação que diminui a função da capacidade dos sujeitos em lidar com os desafios físicos, mentais e sociais de forma autônoma, ao desconsidera a capacidade dos mesmos em viverem com bem-estar, mesmo diante de algum estado de doença, desse modo, as mesmas mantém a mesma posição e não a definição que segue abaixo.

Nessa perspectiva é que surgiu a primeira definição do termo promoção da saúde. Assim, este emergiu em 1986 na cidade de Ottawa no Canadá, na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, ficando esta conhecida como Carta de Ottawa, definindo-a promoção de saúde como um “... processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle dos processos” (Carta Ottawa, 1986, p. 101), sendo esta capacitação adepta a entender e combater as adversidades, sendo as escolas, comunidades e locais de trabalho, compreendidos como os espaços mais adequados a realizar as ações de promoções da saúde.

Ainda em conformidade com a Carta em questão, à saúde forma o maior bem para o desenvolvimento em todas as esferas da vida do sujeito, sendo apenas possível por meios de atividades que promovam as condições e recursos essenciais para que cada vez mais os indivíduos tenham uma saúde favorável, sendo os recursos denominados como:

Paz: redução da violência;
Habitação: condições dignas de moradia, tanto em relação ao espaço físico quanto ao assentamento legal;
Educação: cumprimento do ensino compulsório, redução da evasão escolar e revisão da qualidade de ensino;
Alimentação: garantia de política municipal de geração e de mecanismos de troca de produtos alimentícios e, principalmente, garantia de alimento na mesa da família;

Renda: a geração de renda para todos e com volume compatível com a vivência;
Ecossistema saudável: ar salubre; água potável disponível 24 horas por dia; alimentos existentes em quantidade suficiente e de boa qualidade;
Os recursos renováveis: o mais importante é o próprio homem, que se renova cada vez que se recupera de um mal-estar... Os serviços de saúde devem estar aptos para atender o homem em todos os seus níveis de complexidade, seja com recursos próprios ou em parceria com outros municípios;
Justiça social e equidade: a iniquidade é caracterizada pela diferença de velocidade com que o progresso atinge as pessoas [...] (Carta de Ottawa, 1986)

No decorrer da história emergiram alguns marcos legais em prol da promoção da saúde, no sentido de alterar a concepção do sistema de educação e saúde, como a Conferência de Adelaide/1988, Declaração de Sundvall/1991, Declaração de Bogotá/1992, Conferência do Caribe/1993, Declaração de Jakarta/1997 e a Declaração do México/2000, todos conceituavam e apoiavam o caráter multidisciplinar da educação em saúde, enfocando a promoção da saúde. Dentre tais marcos apontados, destaca-se a Conferência de Adelaide de 1988, que fomentou a promulgação de espaços destinados a saúde, como elementos essenciais na promoção da mesma, enfatizando a promulgação de políticas saudáveis para todos as áreas.

A Declaração de Sundvall, de 1991, fomentou o desenvolvimento sustentável, caracterizando o ambiente saudável em esferas sociais. A Declaração de Jakarta, de 1997, evidenciou a relevância da educação empresarial para a fomentação e promoção de saúde dos indivíduos. A promoção da saúde no âmbito alimentar no Brasil, em termos legais, tanto a alimentação quanto a nutrição são temas recentes, onde se pode destacar a Lei 8.080/1990, que visualiza a alimentação como elemento determinante da saúde (Brasil, 1990). Embora considerada elemento determinante da saúde, a mesma só passou reconhecida como direito social em 2010, por meio da Emenda Constitucional (EC) 64, inserida no artigo 6º da Carta Magna (CM) /1988.

A partir de então, o país vem fortalecendo as ações de nutrição e alimentação, por meio de diversos regimentos legais, como: Lei 11.346/2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional ([SAN] Brasil, 2006) e o Decreto 7.272/2010 - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2010). A alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania.

O elemento saúde como determinante social, encontra-se previsto em vários regulamentos internacionais, tais como: Relatório da Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde/2008, Estratégia Global para a Alimentação do Bebê e da Criança Pequena/2002 e a Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável e Atividade Física e Saúde/2004, atrelada à promoção da saúde no contexto em questão tem-se a SAN, que consiste:

“... em garantir a todos condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.” (Valente, 2003, p. 26).

Tal definição acima é voltada para as dimensões culturais, ambientais e sociais no que diz respeito aos processos de alimentação. Nessa perspectiva no ano de 2006, emergiu a Política Pública de Promoção de Saúde (PNPS), que se trata de um instrumento político transversal, integrado e intersetorial, com a finalidade de aumentar a qualidade de vida da população, além deste instrumento político amparar às Escolas Promotoras de Saúde (EPS), mostrando-se essencial para a promoção saúde.

Acerca da saúde escolar no Brasil, as primeiras evidências emergiram em 1850, voltadas a higiene escolar, em decorrência a alta mortalidade da população na época, que provocaram desnutrição por diarreia nas crianças, onde se realizavam fiscalizações das condições de saúde de todos os indivíduos que faziam parte do ensino. A Carta de Ottawa (1986) passa o usar a definição das EPS, que consistia em impulsionar a saúde através de promulgação de locais saudáveis (OMS, 1986). No ano de 1980, emergiu a Iniciativa Regional Escolas Promotoras de Saúde (IREPS), ressaltando a necessidade de um olhar diferenciado nas definições e instrumentos usados no impulsionamento da saúde no ambiente escolar.

1.2 Qualidade de vida

A definição de qualidade de vida emergiu em 1970, como uma medida ligada somente a saúde com significado de falta de patologia. Entretanto, com a evolução da medicina, patologias antes fatais, passaram a ter cura ou os sintomas puderam ser controlados, retardando seu processo natural, proporcionando alongamento da perspectiva de vida (Nepesca, 2009).

Nesse sentido, Assumpção et al. (2000) esclarecem que esta definição não deveria ser limitada ao contexto da falta de patologia, deveria ser compreendida como um sentimento não objetivo de bem-estar, podendo ser conceituada, conforme Araújo e Araujo (2000), como a capacidade de aproveitar a vida e ir além dos limites, sendo percebida em diversos contextos, como o laboral, escolar, familiar e tantos outros.

Etimologicamente qualidade de vida, origina-se do latim *qualis* que quer dizer a maneira peculiar de ser de alguma coisa, individualmente ou coletivamente, podendo apresentar peculiaridades positivas ou não, mas, a maior parte das vezes, a etimologia da mesma está associada a algo bom. Em concordância, Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 241), consideram que a qualidade de vida indica o grau de satisfação das condições básicas e suplementares dos sujeitos, tais condições vão "... desde o bem-estar físico, mental, psicológico e emocional, os relacionamentos sociais, como família e amigos, e também a saúde, a educação e outros parâmetros que afetam a vida humana".

Gaspar, Matos e Leal (2006, p. 122) evidenciam que o termo em questão se refere a "... mais do que ausência de maus tratos e déficits, implica, também, força e qualidades positivas no contexto". Assumpção et al. (2000), por sua vez, salientam que a qualidade de vida pode ser compreendida como uma sensação subjetiva de bem-estar, pode ser entendida como a capacidade de aproveitar a vida, superando as limitações, sendo passível de análise em diversos momentos, trabalho, escola, família e tantos outros.

Já o conceito de qualidade de vida em crianças se manifesta em pesquisas em áreas sociais e da saúde tem mostrado a correlação entre qualidade de vida e variados fatores ambientais nos quais as crianças estão inseridas, destacando-se elementos socioeconômicos, demográficos, saúde, família e outros tantos. No contexto dos fatores socioeconômicos, tem-se: a renda, classe social, instrução dos responsáveis e o gênero da criança mostram-se relacionados com o grau de qualidade de vida desta população (Macedo, et al., 2015).

Newell (1993, p. 86) salienta que a qualidade de vida é um direito assegurado às crianças, conforme a Convenção das Nações Unidas, ao dispor que estas devem obrigatoriamente ter "... direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social", a qualidade de vida engloba outros fatores como tempo destinado ao lazer, educação contínua e outros, sendo todos estes elementos constituidores da qualidade de vida.

Esta faixa etária recebe atenção em especial da PNPS, que tem o objetivo de “... promover a qualidade de vida e reduzir os riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes” (Brasil, 2010, p. 7). Estudar a qualidade de vida desta população é um assunto relevante não só pelos reflexos imediatos, mas também, porque muitos problemas de saúde na vida futura tem origem nessa fase (Farias et al., 2008).

De acordo com Rocha et al., (2013), cada vez mais, surgem pesquisas acerca da qualidade de vida voltada para esta população, em diversas áreas, como o campo da saúde, da ciência e da política, com a finalidade de terem-se adultos com melhores condições de saúde. Estudo feito por Soares et al. (2011, p. 3.197), corroboram com o exposto acima, mas, salientam “... a necessidade de criação e utilização de instrumentos de avaliação de qualidade de vida que valorizem a perspectiva de crianças e adolescentes e adequados a sua fase de desenvolvimento”

Observa-se também que o contexto familiar é responsável pela qualidade de vida de crianças, pois este ambiente é capaz de minimizar a sensação de dor e o sofrimento emocional desta faixa etária (Uchôa, 2016), entretanto, o mesmo contexto por exagerar ou manter atitudes de comportamentos, tornando as crianças mais tímidas ou ofensivas.

No que tange aos fatores que implicam na saúde das crianças, a prevalência de obesidade e desnutrição são apontadas como alguns dos fatores expoentes que influenciam a qualidade de vida do público estudado. Ambas as situações impactam no desenvolvimento emocional e nas complicações em longo prazo, como no ajustamento social e nos distúrbios de conduta alimentares (Duarte & Giuliano, 2010). Mediante o exposto, observa-se que os aspectos socioeconômicos, sanitários, demográficos são aspectos determinantes na qualidade de vida das crianças.

Diniz (2006) informa que a alimentação impacta diretamente na qualidade da vida dos sujeitos. De acordo com Custódio e Pinho (2009), por meio da ingestão adequada de nutrientes é possível melhorar a qualidade de vida dos sujeitos. Já ingestão inadequada de nutrientes acarreta em diversas patologias clínicas nos indivíduos. Os autores ainda acrescentam que a qualidade de vida dos indivíduos esta intimamente relacionada ao estilo de vida dele, principalmente, no que tange a alimentação.

Nessa perspectiva a escola é compreendida como local privilegiado para realizar ações educativas em EAN, incitando uma qualidade de vida. A promoção da saúde precisa fazer parte da vida do sujeito desde sempre, permanecendo para sempre de forma gradual para que a

formação de hábitos saudáveis seja obtida através de comportamentos autônomos e emponderados (Bertini et al., 2010).

Considerando o fato de que os hábitos de alimentação são formados na fase da infância adicionado ao fato de que é na escola que as crianças passam maior parte do tempo, este contexto mostra-se como o ambiente apropriado para discussão acerca da educação nutricional em prol à fomentação da qualidade de vida em crianças, desta forma o estudo busca identificar como a educação nutricional impacta na promoção da qualidade de vida das crianças em idade escolar, além de buscar entender como a educação nutricional é percebida pelos envolvidos no processo de escolarização.

1.3 Alimentação adequada escolar

A alimentação adequada além de ser um indicador de saúde, é um instrumento promotor da qualidade de vida, destacando que esta se mostra um dos princípios básicos de saúde, além de ser fomentadora e protetora da saúde, bem como é por meio dela que ocorre o funcionamento e desenvolvimento do organismo. No Brasil, a alimentação no contexto da escola é consagrada em dois momentos, no direito de todos os indivíduos e no dever do Estado para com a educação, o primeiro momento, se configura como direitos fundamentais da pessoa humana, conforme artigo 6º da Constituição Federal (CF) de 1988, que dispõe: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação [...]”, entretanto, estes direitos ainda são poucos assegurados no país.

A alimentação e nutrição adequadas constituem direitos fundamentais do ser humano. São condições básicas para que se alcance um desenvolvimento físico, emocional e intelectual satisfatório, fator determinante para a qualidade de vida e o exercício da cidadania (Consea, 2004, p. 81).

Já o segundo no artigo 208, da CF/1988, inciso VII, que descreve o dever do Estado com a educação será efetivado com a garantia de: “VII – atendimento ao educando, através de programas suplementa material didático, transporte, alimentação, assistência à saúde e outros”. Rotenberg e Vargas (2004) informam que a alimentação é elemento determinante para a saúde, promoção e preservação da saúde dos indivíduos, que perpassa todas as fases do desenvolvimento humano, onde cada fase requerer a ingestão de alimentos específicos.

A nutrição é um fator essencial na manutenção da saúde. Através de refeições balanceadas constitui um dos recursos utilizados pela medicina preventiva,

alicerçados a outros para determinar uma vida saudável e duradoura (Dartora et al., 2006, p. 201).

Pois, é nas refeições que se encontra tudo aquilo de que o corpo de um indivíduo necessita para a obtenção de energia, de nutrientes e de materiais para a construção de novas células de reparo de componentes celulares para a regulação de funções e prevenção contra várias doenças (Vitolo, 2008). De acordo com Almeida e Iocca (2012, p. 32), a ingestão adequada de alimentos “... é importante para garantir uma boa saúde e prevenir doenças como: a anemia, obesidade, desnutrição às vezes relacionada à fome oculta e também para diminuir o risco de infecções, além de garantir o bom desenvolvimento físico e mental”.

Salienta-se que a alimentação perpassa todas as fases do desenvolvimento dos indivíduos, sendo específicas a cada uma delas. A mesma exerce diversas funções energéticas, plásticas, reguladoras e construtoras, atuando como substratos importantes para o desenvolvimento e manutenção das funções corporais integralmente. Sendo, essencial para manutenção da vida humana, pois é nela que os indivíduos obtêm os nutrientes e materiais necessários ao desenvolvimento e manutenção do organismo (Oliveira, 2007).

“... a alimentação para o ser humano tem outras conotações importantes. A alimentação humana tem que ser entendida como processo de transformação de natureza – no seu sentido mais amplo – em gente, em seres humanos, ou seja, em humanidade” (Valente, 2002, p. 38).

De acordo com Gowdak (2006), a ingestão equilibrada de alimentos é essencial para a qualidade de vida dos indivíduos. A alimentação para ser adequada deve ser composta por frutas, verduras, associação de carboidratos, sais minerais, vitaminas, leites, proteínas, gorduras e açúcares, devendo alternar os alimentos de cada grupo, conforme explicita a figura abaixo.

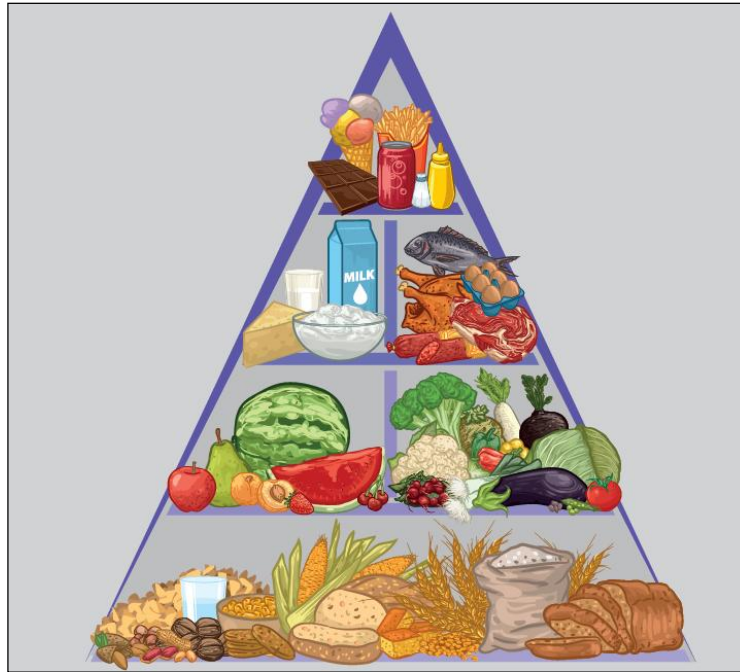


Figura 1: Pirâmide alimentar.
Fonte: Freitas, Coelho e Ribeiro (2009).

Segundo Freitas (2002), a pirâmide alimentar serve de orientação ao que deve ser usado com maior e menor quantidade, sendo os alimentos classificados em um grupo básico, na qual necessita de porções certas de cada um deles:

Proteínas – são alimentos construtores ou reparadores. Eles renovam nossas células gastas e constroem novos tecidos [...].

Carboidratos – são energéticos, sendo a principal fonte de combustível do corpo. Fornecem as calorias que gastamos diariamente em nossas atividades.

Gorduras ou ácidos graxos - também são energéticos e veiculadores de certas vitaminas. São também essenciais ao corpo.

Vitaminas – ou reguladores do funcionamento do corpo. Eles não fornecem energia, sua função é manter a máquina do organismo funcionando corretamente.

Minerais - assim como as vitaminas, são reguladores. Exercem importante papel na manutenção da máquina viva. Estão presentes em toda parte do corpo interferindo no equilíbrio das funções vitais do sistema nervoso bem como de todo organismo (Freitas, 2002, p.43).

Lima (2009, p. 94) nos chama a atenção para o fato de que a alimentação é:

Intrínseca à sua cultura, à sua família, a seus amigos. Assim, o Direito à alimentação passa pelo direito de alimentar-se de acordo com os hábitos e práticas alimentares de sua cultura, de sua região ou de sua origem étnica, o que fortalece sua saúde física e mental, assim como sua dignidade humana. Faz parte, também, do Direito à Alimentação, o poder comer alimentos seguros onde quer que esteja, assim como dispor de informações corretas sobre o conteúdo dos alimentos, sobre práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.

Acerca da qualidade dos alimentos, esta depende dos insumos utilizados em sua fabricação, o funcionamento adequado do organismo humano depende das matérias primas que se disponibilizam para ele. O corpo humano tem uma capacidade limitada de ingestão de alimentos, se esta for preenchida com alimentos de baixa qualidade nutricional (bolos, doces, refrigerantes, salgadinhos, etc.) certamente o indivíduo estar-se-á deixando de consumir nutrientes essenciais para o desenvolvimento adequado (Caobianco, 2017).

Segundo Pimentel et al. (2013), a alimentação é um direito social, conforme mencionado acima, que se formou no própria existência humana, sendo que a tanto a alimentação quanto a nutrição devem ser suficientes para alcançar o potencial de desenvolvimento do sujeito com qualidade de vida, como preconiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), sendo a alimentação eixo essencial da PNPS, que como mencionado acima, evidencia a relevância de ações interdisciplinares e intersetoriais para promoção da qualidade de vida.

Tendo como foco o pré-requisito da alimentação escolar, no país, promulgou-se o PNAE em 1979, trata-se de uma política pública que emergiu a partir de demais iniciativas no campo na educação desde os anos 1950. Com o surgimento da CM de 1988 a alimentação no contexto da escola foi consolidada como direito a todos os educandos do ensino médio, sendo ampliado a todos os educandos da rede pública de ensino e filantrópica de educação básica no ano de 2009, direito assegurado pela Lei 11.947/2009.

Mediante o exposto, entende-se que a alimentação saudável e adequada é um direito assegurado a todos os sujeitos de maneira a garantir a saúde e bem-estar. No país esta seguridade social está determinada através de programas e políticas em prol da alimentação e da nutrição, tendo em vista, que a alimentação e a nutrição configuram-se como direitos fundamentais da pessoa humana e são requisitos básicos para a promoção da saúde.

Nesse sentido, o PNAE, confirma a alimentação e a nutrição como critérios básicos para a promoção e proteção da saúde dos sujeitos, e constituem responsabilidade do Estado, do meio social e dos sujeitos; além de que estes critérios básicos são essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem, o rendimento dos alunos e a formação de hábitos alimentares (Carvalho & Castro, 2010).

Entretanto, infelizmente a prática mostra-se ainda distante do proposto na legislação, desse modo, promover uma alimentação e nutrição saudável é considerado um eixo prioritário

de ação para promoção da qualidade de vida, sendo o ambiente escolar apontado como espaço fundamental para a consolidação dos programas e políticas nacionais. Considerando que conforme informado por Candeias et al. (2005, p. 5), a alimentação,

Assegura a sobrevivência do ser humano; fornece energia e nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo; contribui para a manutenção do nosso estado de saúde físico e mental; desempenha um papel fundamental na prevenção de certas doenças, como por exemplo, obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes e certos tipos de cancro; e contribui para o adequado crescimento e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Assim, a alimentação mostra-se essencial ao desenvolvimento das crianças, sendo esta realizada de forma adequada se mostra como um fator determinante para manutenção da saúde, desta forma, a ingestão de alimentos deve ser adequar às necessidades das crianças, sendo permeada de diversos nutrientes pertencentes aos diversos grupos alimentares, em porções equilibradas e variadas (Odgen, 2003).

Por fim, entende-se que a alimentação no contexto escolar realizada de forma adequada é um mecanismo de fomentação da qualidade de vida, sendo um direito inerente a todos os educandos da rede de ensino básica pública e filantrópica do Brasil.

1.3.1 *Hábitos alimentares em crianças*

Boog (2000, p. 101) ressalta que:

A formação de hábitos alimentares é um processo que se inicia desde o nascimento, com as práticas alimentares introduzidas nos anos iniciais de vida pelos pais, primeiros responsáveis pela sua formação, não somente em relação aos hábitos alimentares, como também, nas questões de valores, costumes, crenças, entre outros.

Amaral (2008, p.1) informa que “... a formação de hábitos alimentares é um processo que se inicia desde o nascimento, com as práticas alimentares introduzidas nos primeiros anos de vida pelos pais, primeiros responsáveis pela formação dos mesmos”. Onde, estes hábitos tendem a se repetir na vida adulta, sendo o hábito a disposição contínua obtida pela repetição constante de um comportamento, ou seja, o hábito alimentar está relacionado ao que os sujeitos costumam comer e na maneira como os alimentos são selecionados, consumidos e usados.

Em conformidade com o exposto acima, a alimentação das crianças é influenciada consideravelmente pelos hábitos alimentares dos pais ou responsáveis, Cavalcanti (2009, p. 23) expõe que: “A frequência com que os pais mostram hábitos alimentares saudáveis está associada à ingestão alimentar da criança: o que, por sua vez, tem implicações de longo prazo sobre o comportamento alimentar dos filhos”. Assim, cabe aos pais exporem exemplos de práticas saudáveis, que são essenciais ao desenvolvimento deste público, influenciando práticas alimentares adequadas, obtendo maiores chances de desenvolvimento cognitivo e físico das crianças.

Nos primeiros meses de vida o leite materno é o único alimento dos bebês, que fornece nutrientes necessários para que este cresça e se desenvolva. Por volta do sexto mês de vida o bebê necessita de um aporte nutricional complementar e, nessa fase, os pais precisam se atentar ao que é oferecido ao bebê, pois este aporte nutricional influenciará os hábitos que o acompanharão por toda a vida (Caobianco, 2017). Valle e Euclides (2002, p.2) consideram que “... os maus hábitos alimentares estão associados a diversos prejuízos à saúde” e que “estes produzem problemas de saúde imediatos e também a longo prazo”, sendo que a alimentação das crianças “... contribui fortemente para o aparecimento de doenças crônico-degenerativas”.

É neste instante que se mostram as diferenças alimentares, sendo estas formadas por preferências a certos alimentos em detrimento de outros. Estes também são constituídos pelos: “... sabores, o aspeto, a disponibilidade e a familiaridade com os alimentos, que vão ser desenvolvidos a partir da história pessoal e familiar da criança e da sua influência nas refeições diárias” (Viana, 2002, p. 59). Ressalta-se, na visão de Diniz (2006, p. 01) que os “... hábitos alimentares interferem diretamente na qualidade de vida do indivíduo”. Assim, a ingestão de alimentos interfere na qualidade de vida dos indivíduos imediatamente ou em longo prazo, dependendo se estes são bons ou ruins.

O papel da escola é fundamental na formação dos hábitos de vida dos estudantes e é responsável pelo conteúdo educativo global, inclusive do ponto de vista nutricional, pois as consequências da alimentação inadequada nesta idade podem caracterizar uma diminuição no aproveitamento do aluno (Ochsenhofer et al., 2000, p. 25).

De acordo com Caobianco (2017), os hábitos alimentares das crianças em idade escolar são determinados pela a educação, pelo convívio com amigos e familiares e, como não poderia deixar de ser, as preferências alimentares das crianças, em parte, se são a partir das escolhas

realizadas pelos responsáveis e pelo aquilo que de fato se come, dentre o que é lhe oferecido na refeição. Segundo Coimbra (2002, p. 48):

A promoção de práticas alimentares saudáveis é um componente importante na promoção da saúde em todas as fases do ciclo da vida e abrange problemas relacionados à obesidade. Nessa direção é imprescindível socializar o conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação associado a conhecimentos técnicos, científicos que promovam a qualidade de vida dos que se encontram obesos, bem como desenvolver estratégias de resgate de hábitos e prática de alimentos saudáveis.

1.3.2 *Comportamento alimentar*

Segundo Zancul (2004, [s.p]),

O comportamento alimentar de uma criança reflete nos processos de crescimento e desenvolvimento em todos os aspectos. Com a devida atenção e cuidados pode-se promover uma maior expectativa de vida do adulto futuro. É importante lembrar que uma criança não deve ficar muito tempo sem se alimentar, porque ela depende do alimento para o seu desenvolvimento, assim deve-se estar precavido para uma alimentação balanceada.

Segundo Mello et al. (2004), existem diversos fatores que impactam o comportamento alimentar dos indivíduos, como: hábitos familiares, cultura, mídia, ausência de conhecimentos e outros. Boog (2000, p.101) considera que “... é incontestável a importância da alimentação saudável, completa, variada e agradável ao paladar para a promoção da saúde, sobretudo dos organismos jovens, em fase de desenvolvimento, e para a prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis”.

De acordo com Wardle et al. (2001, p. 38), o comportamento alimentar desta faixa etária pode ser estruturado em seis áreas, que possibilitam identificar as diferenças de cada uma delas em relação à ingestão de alimentos, a saber:

- (1) a resposta à sensação de estar ou não satisfeito, ou seja, a capacidade da criança regular a comida consumida segundo a sua saciedade e fome - se a criança continua a comer apesar de já se sentir cheia, se sente cheia antes de terminar a refeição ou se come menos quando há refeições próximas;
- (2) o prazer/preferência que tem em comer ou que manifesta por certos alimentos e sabores em detrimento de outros;
- (3) a comida como resposta a um estado emocional, onde os fatores de stresse emocional têm um papel inibidor ou estimulador do apetite, por exemplo, um estado emocional negativo pode ter como consequência uma maior ingestão ou, pelo contrário, uma menor ingestão por parte da criança;

- (4) o interesse na comida, que inclui a fome, o desejo e o prazer que a criança demonstra, ou não, pela alimentação;
- (5) o tempo da refeição e a velocidade com que come; e, por último,
- (6) o quão “esquisita” é com a comida e a preferência que tem por certos grupos limitados de alimentos, que a fazem extremamente seletiva nos alimentos que come, ou rejeita, e que nas alturas das refeições se pode revelar sob a forma como se comporta e nas birras que faz quando não quer comer.

É na infância que os indivíduos solidificam suas preferências alimentares, onde a família e os fatores genéticos e hereditários interferem e muito nesses hábitos. Entretanto, quando a criança é inserida no contexto escolar a mesma sofre influência de diversas formas, como, por exemplo, do comportamento alimentar das pessoas que a cercam, além de serem influenciadas pelo conhecimento adquirido.

Os hábitos alimentares desenvolvidos desde a infância refletem decisivamente na adolescência e na vida adulta, sendo fundamental a prática alimentar, baseada numa dieta balanceada para o crescimento e desenvolvimento saudável, juntamente com a família e professores. As atitudes, o conhecimento, as habilidades e os comportamentos desenvolvidos através de programas de saúde e nutrição nas escolas direcionadas para a conscientização de aquisição de hábitos saudáveis resultará em melhor qualidade de vida para os indivíduos (Rogerio, 2015).

Nesse sentido, De acordo com o PNAE:

A educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordado o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva de segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2013).

Segundo Teo et al. (2009), o PNAE dispõe de orientações que incitam a promoção de hábitos alimentações adequados no contexto escolar. Mostrando-se um instrumento importante, pois os hábitos inadequados em longo prazo acarreta em prejuízos a saúde do indivíduo. Assim, a alimentação no contexto escolar, como política contínua, assume função relevante como vetor de promoção qualidade de vida, nas esferas da fomentação da saúde e da antecipação dos danos decorrentes à nutrição inadequada.

A alimentação no contexto escolar realizada de forma adequada mostra-se como um mecanismo de fomentação da qualidade de vida, sendo um direito inerente a todos os educandos da rede de ensino básica pública e das instituições de ensino filantrópicas do Brasil. Victoria et

al. (1997), informam que a alimentação adequada em crianças, é uma condição essencial para o desenvolvimento e crescimento pleno das mesmas, quando as mesmas não recebem a ingestão adequada de nutrientes necessários para seu desenvolvimento e crescimento, elas podem desenvolver problemas de saúde imediatos ou em longo prazo

Vitolo (2008) chama atenção da alimentação de crianças em idade escolar, no que concerne a formação de hábitos alimentares, explicitando que a alimentação oferecida pela escola impacta diretamente neste processo. Onde na observação de indícios de uma alimentação inadequada deve-se atentar-se a corrigi-las no tempo e sob orientação correta, porque os hábitos alimentares dos sujeitos são formados nos anos iniciais de vida.

Por isso o interesse de trabalhar essa temática com alunos da Educação Infantil, onde atividades educativas podem promover a conscientização de uma alimentação adequada, pois esta é fundamental durante toda a vida, considerando que contribui decisivamente para o crescimento, desenvolvimento fisiológico, manutenção da saúde e o bem-estar do indivíduo. Uma vez que também precisa de um suporte equilibrado de nutrientes que possibilitem o apropriado desenvolvimento cognitivo e psicomotor dos sujeitos (Albiero & Alves, 2007).

Diante de todo esse contexto, observa-se que a escola surge como um espaço propício para o desenvolvimento de ações relacionadas à educação em saúde, incluindo programas de educação nutricional, os quais consistem em processos ativos, lúdicos e interativos, que possam auxiliar nas mudanças de atitudes e nas práticas alimentares (Schmitz et al., 2008).

II Educação Alimentar e Nutricional na Escola

2.1 Aspectos políticos e históricos da educação nutricional

A primeira menção da educação alimentar foi observada em 1930 com os estudos feitos por diversos estudiosos. A educação alimentar, termo usado no Estado Novo, surgiu com a finalidade de mudar a alimentação da população, tornando uma das bases dos programas do governo de proteção aos trabalhadores. Já no ano de 1940 foi promulgada o Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), que tinha o objetivo de conscientizar a população acerca dos problemas da alimentação, e dentre suas principais atividades apresentava o trabalho de educação alimentar (Barros & Tartaglia, 2009).

Nessa fase, as ações de educação alimentar tinha a finalidade de ensinar aos trabalhadores a comerem adequadamente, conforme parâmetro não contextualizado e restritamente biológico (Brasil, 2012). Conforme Valente (1986), acrescenta que tais atividades de educação alimentar a partir de 1940, basearam-se na ignorância e eram voltadas para os menos favorecidos, com a intenção de ensinar aos mais pobres a comerem.

As atividades educativas enfatizavam apenas a transmissão de dados acerca da saúde, alimentação e nutrição, com a intenção de adquirir uma alimentação saudável nos requisitos nutricionais e higiênicos sanitários. De acordo com o Machado et al. (2014), as atividades educativas, com a finalidade de fazer a educação alimentar de maneira mais tradicional, isto é, espalhando dados em prol da prevenção de patologias, segundo as diretrizes de educação do tempo em questão, através de livros infantis, boletins informativos e outros envolvendo o tema nutrição, desta forma as atividades educativas afastavam-se do dia a dia, sem sentido algum para professores e alunos (Boog, 2011).

De acordo ainda com Boog (2011), no ano de 1950, os elementos econômicos e a geopolítica foram instrumentos importantes para o desenvolver de novas recomendações e caminhos da educação em alimentação. Destacando que logo após a segunda guerra mundial e a revolução verde, o país teve ajuda de um programa dos Estados Unidos da América voltado para este campo da alimentação, com a finalidade de aumentar o mercado alimentício dos mesmos, sendo a educação alimentar usada como mecanismo estratégico para incitar a

população a consumir certos produtos, tais como, a soja que passou a fazer parte dos hábitos alimentares dos brasileiros.

Segundo Vasconcelos (2005), a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), destaca-se devido à contribuição da mesma ao pesquisar os hábitos da alimentação brasileira, incitando e acompanhando as campanhas em educação, além de criar o primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, sendo este a base dos planejamentos nutricionais do país, que logo depois auxiliou na efetivação do Programa Nacional de Merenda Escolar.

Em conformidade com Camossa et al. (2005), e Boog (2011), o período que marcou os anos de 1960 a 1970, voltavam-se aos enfoques de atividades educativas em prol da educação alimentação no sentido de incitar alterações no comportamento alimentar dos indivíduos, e após, implantação do regime militar, as atividades educativas foram deixadas de lado, em decorrência das medidas na época serem voltadas a suplementação alimentar e a minimização de carências nutricionais determinadas, mudando o paradigma social existente pelo técnico. Este período ficou marcado pela fina colaboração entre os técnicos do campo da saúde e o campo produtivo, responsável pela estrutura vigente, pelos planejamentos de nutrição.

Em decorrência dos estudos acerca da alimentação, a inserção de novos produtos alimentícios no período em questão, e a compreensão de que as mudanças conjunturais nos protótipos econômicos auxiliariam para sanar a problemática alimentar do país, sendo o fator renda apontado como principal impedimento à alimentação adequada. Desta forma, o termo alimentação-educação foi trocado pela alimentação-renda, mantendo a Educação Nutricional distante por vinte anos, quando se pensava que tais problemas já haviam sido sanados, através da intervenção do protótipo econômico, não considerando os aspectos educativos (Camossa et al., 2005).

Conforme Boog (2011), neste período, observa-se o afastamento dos enfoques que abordava a cultura da alimentação, da educação e do ensino, fortalecendo o pensamento crítico-reprodutivista que se definia no período em questão. Segundo Lima et al. (2003), com as discussões e evolução no campo da SAN a partir da década de 80, a promulgação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 1990, a educação em nutrição, ganhou espaço. A partir deste momento, a promoção de atividades alimentares saudáveis passa a ser observada nos regulamentos oficiais do país, especialmente, nas políticas públicas e nos programas governamentais. Tais ações passaram a ser conhecidas como Educação Alimentar e

Educacional, trazendo a tona discussões em eventos do campo com novos sentidos de atuação, enfatizando o indivíduo na democratização do conhecimento, da cultura, da ética e da cidadania.

Como relatado por Rodrigues e Roncada (2008), a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) do ano de 2004, passou a ser o mecanismo estratégico de atividades para o impulsionamento de práticas de alimentação saudável, evidenciando sua relevância na atenção básica à saúde e nos contextos de educação do ensino fundamental e médio, promovendo os alimentos regionais e os hábitos de cada região.

A EAN, no sentido de políticas públicas é percebida como estratégia essencial para enfrentar os novos desafios na área da saúde e alimentação no campo educativo. Mas, embora mediante de tantos avanços nos embates acerca do tema, nota-se uma brecha entre as formulações das políticas e as atividades realizadas, e um afastamento entre a teoria e a prática (Santos, 2012). Tendo em vista, seu caráter de ação focado na estrutura de políticas públicas voltadas para a alimentação e nutrição, é importante compreender acerca da configuração da EAN na função de ação do governo. Onde, evidencia-a o papel do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação na formulação de atividades e programas de EAN no sentido da Segurança Alimentar e do Direito Humano a Alimentação Adequada (SADHAA).

Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à alimentação adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar (MDSCF, 2012, p.23).

O EAN, na visão de Rodrigues e Roncada (2008), evidenciam-se como o instrumento viável e eficaz na promoção da saúde, envolvendo reflexões acerca do comportamento alimentar, da relevância da alimentação na saúde, permitindo a mudança e o resgate de hábitos saudáveis. No que diz respeito aos mecanismos estratégicos para a promoção da saúde, sua relevância esta mostrada e definida no planejamento de ações para enfrentar patologias crônicas que não são passíveis de transmissão (Brasil, 2011). Para melhor ilustração, segue uma sistematização deste processo referente à EAN e suas finalidades (Quadro 1).

Quadro 1. Educação Alimentar e Nutricional e suas finalidades.

Política	Documento	Ações
Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).	Portaria nº 2.715, de 17 de novembro de 2011-Atualiza Política Nacional de Alimentação e Nutrição.	Para a Promoção de uma Alimentação Adequada e Saudável a Educação Alimentar e Nutricional, visa proporcionar aos indivíduos e coletividades, a realização de práticas alimentares apropriadas aos seus aspectos biológicos e socioculturais, bem como ao uso sustentável do meio ambiente.
Política Nacional de Promoção a Saúde (PNPS).	Portaria nº 687 MS/GM, de 30 de março de 2006.	Ações específicas para uma alimentação saudável: por meio de materiais e campanhas educativas.
Programa Saúde na Escola (PSE).	Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007-Instalou o Programa Saúde nas Escolas e dá outras providências (ME/MS)	Promoção da saúde e prevenção: Ações de Segurança Alimentar e Promoção da Alimentação Saudável por meio da realização de atividades educativas sobre promoção da alimentação e modos de vida saudáveis com a comunidade escolar, valorizando os alimentos regionais.
Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis no Brasil (2011-2020).	Departamento de Análise de Situação de Saúde - Brasília: MS, 2011.	Elaborar e implementar programas de educação alimentar e de nutrição, articulando diferentes setores da sociedade; promover ações de educação alimentar e nutricional e de ambiente alimentar saudável nas escolas; criar protocolo de ações de educação alimentar e nutricional para as famílias beneficiárias dos programas socioassistenciais, integrando redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISVAN.

Quadro 1. Educação Alimentar e Nutricional e suas finalidades (continuação)

Política	Documento	Ações
Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Decreto Nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN. CONSEA/MDS	No seu Art. 2º fica instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, por meio da instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e altera e revoga outras leis e medidas provisórias.	O Art. 2º apresenta as diretrizes da alimentação escolar: a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

O Plano Plurianual feito pelo Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão, evidencia que as atividades em EAN devem ser revigoradas no programa de SAN, criado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), as políticas de SAN junta atividades em prol da produção alimentícia, o fortalecimento da agricultura familiar, o preenchimento alimentar e a promoção da alimentação adequada (Brasil, 2011).

O mesmo ainda estabelece como suas finalidades: garantir processos constantes em EAN e a incitação da alimentação adequada e saudável com um dos princípios prioritários já alcançados como a promulgação do Marco conceitual em EAN e a adequação do Guia Alimentar no país; organizar a juntar as atividades em EAN nas repartições de serviços públicos, de maneira a incitar a autonomia do indivíduo para a fomentação e práticas de alimentação adequadas; incitar atividades de EAN na escola e a fortificar a gestão, execução e controle do PNAE e logo, impulsionar o meio social civil a operar com os fatores da alimentação, nutrição e ingestão saudável de alimentos (Brasil, 2011).

De acordo com o PNAE

A educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordado o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva de segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2013).

Destaca-se que a promulgação da Portaria 1010/2016 dos Ministérios da Educação e Saúde, como evento que conceituou a promoção de uma alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, as atividades de EAN, levando em conta os hábitos de alimentação como expressão de manifestação da identidade culturais nacionais e regionais e o PSE, política intersetorial criada em 2007, que guia o desenvolver de atividades em EAN na escola.

Mediante o exposto, compreende-se que a EAN emergiu dentre os anos de 1940 a 1970, gerando altos e baixos, durante a trajetória da mesma, criaram-se conflitos com a introdução de novos alimentos no mercado, gerando obstáculo entre renda e alimentação; limitação de dados informativos acerca do tema voltado aos sujeitos; bem como a prevalência de uma falta de 20 anos por ser tratada como mecanismos de ensinar ao pobre a comer. Nesse sentido, as mudanças na estrutura do modelo econômico só teriam frutos diante as problemáticas alimentares para alteração nesse cenário de comportamentos (Boog, 1997).

2.2 O papel da escola

Tendo em vista, que a alimentação apresenta relação direta com o desenvolvimento da criança, segundo Caobionco (2017), a mesma é fundamental para a formação das crianças, a criança bem nutrida apresenta melhor desenvolvimento físico, cognitivo e social, aumentando suas chances de ser um adulto saudável e feliz. Cavalcanti (2009, p. 8) também aduz que “... a infância corresponde ao período de formação dos hábitos nutricionais da vida adulta. É nessa fase que se fundam as bases para uma alimentação balanceada e saudável”.

Assim, destaca-se a relevância da alimentação adequada e saudável como elemento essencial na promoção do aprendizado, na capacidade física, na atenção, na memorização, na concentração e na energia necessária para trabalhar o cérebro. Entretanto, para tal se faz preciso que o processo de alimentação seja permeado de carboidratos, lipídios, proteínas, sais minerais, água, fibras, sal, gorduras e vitaminas na quantidade certa.

A idade escolar infantil, que compreende de 0 a 7 anos de idade, é o momento em que a criança está não somente desenvolvendo o seu corpo e organismo, mas também está num processo de formação de personalidade e hábitos. É importante, portanto, que nessa idade seja estabelecida uma nutrição balanceada às demandas energéticas e nutricionais da criança para que a alimentação venha, de fato, agir como fator contribuinte para esse desenvolvimento em toda a sua plenitude (Fernandes, 2006).

As políticas públicas em prol da alimentação e nutrição e de promoção de saúde entendem o espaço escolar um local privilegiado para programas de EAN e para a promoção de uma alimentação adequada e saudável. Nesse sentido, além do PNAE outros programas e projetos, como: Dez Passos para uma Alimentação Saudável na Escola, Projeto Criança Saudável Educação Dez, Projeto Educando com Horta e Gastronomia, evidenciam a importância da escola como local adequado para a promoção de uma alimentação saudável e desenvolvimento de atividades em EAN (Santos, 2013).

Desta forma, a escola é o local favorável para o desenvolvimento de ações para a promoção da saúde, bem como para a formação de hábitos adequados e saudáveis, influenciando na qualidade de vida dos mesmos.

A infância é o período ideal para começar a obter informações sobre a alimentação, e isso pode ser feito de forma gradual e agradável. A inclusão de noções sobre nutrição nos programas escolares já tem demonstrado resultados positivos. Através de livros didáticos, dramatização e músicas, as crianças podem adquirir conhecimentos básicos sobre os alimentos e a sua importância. Aprender a comer é o primeiro passo para a criança saber cuidar da sua própria saúde (Gonçalves 1998, p.54).

Em conformidade com o exposto acima, Cavalcanti (2009, p. 23) salienta que:

É importante trabalhar o tema alimentação e nutrição nas escolas em decorrência do papel da alimentação na prevenção de doenças e na manutenção na qualidade de vida. A escola, portanto, deve buscar qualidade máxima, não só no ensino, mas também nas atividades que ali são desenvolvidos, como alimentação.

Ou seja, a escola é o ambiente que contribui para a formação de valores, crenças, hábitos e conceitos, com potencial para formação de sujeitos críticos e autônomos, imbuídos de capacidade de entender a realidade e mudá-la, sendo um lugar privilegiado para a promoção da qualidade de vida. Corroborando o com exposto, Moura (1993), que a escola é contexto que os sujeitos passam boa parte da vida, sendo que nele que acontecem experiências favoráveis à construção de valores, atitudes e hábitos com potencial para a formação social do cidadão.

Destaca-se que a alimentação além de influenciar no desenvolvimento e crescimento das crianças, ela é um direito assegurado que todos os alunos da educação básica tenham acesso a uma alimentação de qualidade e que atenda as necessidades nutricionais deste público, conforme estabelecido pelo PNAE, que estabelece a fomentação de hábitos alimentares adequadas e impõe que os alunos da educação básica tenham acesso a refeições saudáveis que atendam ao menos 20% das necessidades nutricionais dos mesmos, conforme cada faixa etária no período que os educandos estão no contexto escolar.

Salienta-se ainda, ao caráter necessário e obrigatório de que as refeições oferecidas na escola sejam acompanhadas por nutricionista. Nesse sentido, de acordo com Almeida e Iocca (2012, p. 32):

A merenda escolar atende parte das necessidades nutricionais diárias das crianças, durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes.

Observa-se que neste contexto, o nutricionista desempenha papel relevante no crescimento e desenvolvimento das crianças, além deste ser o profissional habitado para analisar as preferências e os hábitos alimentares das crianças na escola e no caso de constatação de hábitos inadequados o mesmo junto aos professores, pedagogos e direção escolar atuam como vetores na inserção de ações estratégicas para amenizar a problemática (Zancul, 2004). Assim,

O auxílio de nutricionistas é muito importante para a confecção dos cardápios, pois eles têm melhores condições de avaliar a quantidade dos alimentos e controlar suas dosagens. Além de elaborar os cardápios, sempre que possível, o nutricionista deve acompanhar a preparação e a distribuição da merenda, além de ouvir os alunos, principalmente no que diz respeito à aceitação da merenda (Santos, 1989, p. 70).

Mediante o exposto, a educação nutricional na educação infantil ajudará tanto no desenvolvimento quanto na autonomia na mesa, pois, "... os sujeitos precisam se apropriar de conhecimentos, ideias, atitudes, valores, comportamentos, etc., de forma crítica e reflexiva para que tenham condições de atuar nessa sociedade visando a sua transformação." (Tozoni-Reis, 2010, p.111).

Segundo Cavalcanti (2009), a educação nutricional pode ser entendida como o processo de passagem aos sujeitos de saberes com a finalidade de propor melhorias na saúde, através de hábitos de alimentação adequados e saudáveis que atendam as necessidades nutricionais dos

indivíduos, mitigando as práticas insatisfatórias, inserindo práticas higiênicas e utilizando de forma eficaz os recursos alimentares. Onde o contexto escolar deve oferecer alimentação dentro dos parâmetros de adequação instituídos pelas diretrizes legais que embasam a temática da EAN na escola e guiar os educandos para a prática de hábitos alimentares adequados e saudáveis, considerando que o educando bem alimentando apresenta melhor desempenho escolar, alcançando o equilíbrio preciso para o crescimento e o desenvolvimento, além de que conservar as defesas precisas para uma saúde boa.

Ainda de acordo com Cavalcanti (2009, p. 25):

É importante trabalhar o tema alimentação e nutrição nas escolas em decorrência do papel da alimentação na prevenção de doenças e na manutenção na qualidade de vida. A escola, portanto, deve buscar qualidade máxima, não só no ensino, mas também nas atividades que ali são desenvolvidos, como alimentação.

No que se refere a ações educativas em EAN Santos (2013) evidencia a escassez de referências acerca de teorias, instrumentos e caminhos para desenvolver e analisar ações em EAN, onde as teorias que embasam a EAN, os métodos, os mecanismos estratégicos de ensinagem, os métodos de aprendizagem e os processos de avaliação que permeiam a EAN não bem detalhadas na teoria, bem como as intervenções em ações de educação não tem base teórica pedagógica elucidada.

De acordo com Santos (2012), as ações educativas em EAN precisam de desenvolvimento de mecanismos estratégicos conforme o meio social dos educandos, em que se respeite o modo de vida, o conhecimento popular, permitindo aos sujeitos e o meio social problematizar sua realidade e incitar o cuidado, através de ações de educação guiadas adequadamente, cuidadosamente concebidas e pedagogicamente organizadas, que impulsionar a autonomia e que sejam embasadas na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade.

Boog (2011) evidencia a relevância de uma abordagem multidisciplinar para localizar e correlacionar o assunto em questão com outros campos do saber, enfatizando a filosofia, que permiti quebrar a organização do pensamento cartesiano, lógico/dedutivo e o entendimento e embasamento de outras ciências como a psicologia, pedagogia e tantas outras, que possibilitem notar a complexidade dos fenômenos de alimentação, bem como conceder o desenvolver de estratégias nessa área que se conjugam as precisões, vontades, requisitos e desejos alimentares.

Na visão de Freitas, Fontes e Oliveira (2008), é necessário se ater acerca da relevância da interdisciplinaridade, a precisa da escuta sensível de profissionais, aproximando materiais humanos e o processo de comunicação para entendimento de dados que englobem o cenário educativo. Toral, Slater e Silva (2007), Ramalho e Ribeiro (2008), salientam a relevância das abordagens psicopedagógicas e de instrumentos que usam eixos da revisão literária social cognitiva, protótipos de intervenção nutricional e abordagens do desvio positivo para entendimento do comportamento alimentar. Bem como nota-se o auxílio do campo psicológico no entendimento do processo de constituição da persona e do comportamento alimentar, desse modo, tem-se a relevância da escuta para se notar a manifestação inconsciente do indivíduo, possibilitando reconstitui sua relação com a alimentação.

No campo da ciência social, Contreas e Garcia (2011), evidenciam a aplicação da antropologia no entendimento e diagnóstico do comportamento alimentar, evidenciando a função exercida pela interação no consumo alimentar e os resultados sociais da alimentação para a saúde. Freitas, Fontes e Oliveira (2008), destacam a importância de pesquisas acerca de ações em EAN que mostrem as diversas maneiras de agir e pensar do meio social. Já na área da sociologia, Poulain (2013), revela a importância acerca de estudos voltados à alimentação, mas necessariamente, sobre ações alimentares e a alimentação como papel estruturante social de certo grupo social.

No que tange a abordagem de ações em educação e pedagogia usadas em EAN, estas devem privilegiar os processos ativos e a junção permanente entre teoria e ação, através de meios estratégicos que incitem a autonomia do indivíduo e criem senso de criticidade nos mesmos (Brasil, 2012). Boog (2011) acrescenta que ações na área da EAN, precisam ser fundamentadas pela revisão literária da educação, senso efetuadas em ideais pontuadas e criadas pelos educadores e filósofos da educação, destacando Freire, Alves e Brandão. Freire e Piaget por meio da pedagogia de libertação e construção, pertencente, à EAN, com ênfase na problematização, contrária aos instrumentos convencionais, buscando uma ação reflexiva dos indivíduos acerca dos elementos correlacionados à sua ação alimentar (Santos, 2012; Brasil, 2012).

Mediante todo o exposto acima, nota-se a complexidade que envolve a temática da EAN e a precisão de correlacionar diversos campos do saber e as perspectivas da alimentação para melhor entendimento. Nesse sentido, esta pesquisa tem a finalidade de analisar a percepção dos professores e coordenadores pedagógicos no papel desempenhado por eles no desenvolvimento

de atividades em EAN; bem como analisar a compreensão destes acerca da EAN como estratégia promotora da saúde e, conseqüentemente da qualidade, de crianças em idade escolar; além de identificar as formas como a Educação Alimentar e Nutricional é desenvolvida na escola e sugerir melhorias no processo em questão voltadas à atuação dos professores e coordenadores pedagógicos, no sentido de promover a qualidade de vida das crianças estudadas.

III Metodologia

3.1 Introdução

Este estudo consiste em explorar a temática: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, tendo em vista, a relevância do olhar mais atento para o ambiente da escola, com todo o seu potencial de interações e alterações comportamentais referentes à saúde infantil, sendo este contexto reconhecido desde 1980, como espaço adequado e privilegiado a promoção da saúde e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos indivíduos.

Tratou-se de um estudo de campo, com plano de fundo descritivo, de natureza mista (com combinação de métodos quantitativos e qualitativos), realizado por meio de aplicação de entrevistas e questionários aos participantes, considerando que o estudo de campo, na visão de Gil (2001), refere-se aquele feito por meio de indagações diretas em detrimento do se quer saber. E foi também descritiva, tendo em vista que buscou descrever as percepções dos indivíduos acerca da relevância da EAN na promoção da qualidade de vida dos sujeitos. Bem como teve caráter exploratório, porque fez o uso de entrevistas com sujeitos que tem vivência prática com a problemática do estudo.

Escolheu-se o campo escolar, como área de estudo, tendo em vista que esta área da educação formal destaca-se como ambiente adequado e privilegiado para a fomentação de ações educativas saudáveis e adequadas em prol da promoção da saúde, devido à função social que a escola possui em formar sujeitos críticos acerca do mundo e dos indivíduos, sabedores de variados temas referente à vida e a sociedade, dentre eles a alimentação e a nutrição, com o objetivo de formar a cidadania e promover a qualidade de vida.

Assim, a pesquisa foi feita no Município de Vitória, capital do no Estado do Espírito Santo (ES), estando este localizado na Região Sudeste do Brasil, trata-se de uma das três capitais brasileiras cuja administração é a maior porção do município encontram-se situados em uma ilha. Com população aproximada de 363.140 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Salienta-se que o município em questão, destaca-se, conforme pesquisa feita pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) em 2015, apontado que Vitória/ES tem o melhor nível de atendimento escolar destinado a crianças, na faixa etária de 0 a 5 anos da rede municipal público de ensino, mostrando-se assim o local adequado para o estudo voltado para a área da educação na modalidade infantil.

O lócus da pesquisa foi formado por dois CMEIs, destinados à educação de crianças em idade escolar, que atende crianças de seis meses a cinco anos e onze meses de idade, na cidade de Vitória/ES – Brasil, sendo sete educadores e dois coordenadores pedagógicos, sendo um de cada centro estudado.

A opção de estudar a rede pública de ensino se deve a busca de diminuir os reflexos dos comportamentos não saudáveis na promoção da qualidade de vida das crianças em idade escolar, referentes aos fatores que interferem no processo de formação de hábitos alimentares desta população, considerando que as crianças que estudam na rede de ensino pública tem maior predisposição na aquisição de hábitos alimentares ruins, em decorrência do ambiente familiar dela, que é formado por indivíduos com menor poder aquisitivo e menor nível de instrução, ou seja, menor renda para aquisição de alimentos adequados necessários ao desenvolvimento efetivo das crianças e menor conhecimento acerca dos malefícios decorrente do processo de alimentação inadequado.

Ambos os centros de educação mencionados acima para realização das entrevistas não se opuseram a participar e a contribuir com esta pesquisa. Os educadores que formam a amostra do estudo referem-se aqueles que aceitaram a participar voluntariamente do estudo, bem como os coordenadores pedagógicos. No sentido de encontrar respostas para as inquietações que impulsionaram este estudo, foi feita uma pesquisa social, sendo esta entendida como um meio de adquirir novos saberes na área da realidade social (Gil, 2001).

Nesse sentido, adotou-se a abordagem qualitativa, que segundo Martinelli (1999) relata que este tipo de abordagem permite que o pesquisador conheça a complexidade do assunto estudado, fornecendo condições de análise subjetiva e objetiva dos indivíduos, conforme a visão de mundo de cada um. Sendo este escolhido em decorrência de que o mesmo qualifica os fatos analisados na decorrer do estudo; bem como esta abordagem mostra-se comprometida com o meio acadêmico, tendo em vista que, a mesma subsidia a produção do saber.

3.2 Participantes

Para entendimento e análise da percepção do papel desempenhado no processo de educação alimentar e nutricional neste estudo consideraram-se os atores envolvidos diretamente neste processo. Os participantes foram sete professores de cada centro de educação, se acordo

com autorização dos Anexos A e B. Além de que foram selecionados como participantes dois coordenadores pedagógicos, um de cada centro, conforme autorização do Anexo C e D.

Nesse sentido, participaram do estudo dezesseis sujeitos, sendo sete educadores totalizando assim quatorzes educadores e dois coordenadores, de dois CMEIs de Vitória/ES. A escolha dos dois profissionais do contexto escolar deve ao fato de que ambos são instrumentos relevantes no processo de mudança e qualificação do processo pedagógico, sendo elementos relevantes na realização de atividades de educação em alimentação e nutrição no espaço em questão.

3.3 Materiais

Usou-se como instrumento de recolhimento de informação um questionário com 21 questões fechadas (Anexo A), sendo as perguntas embasadas na revisão de literatura em EAN e nas políticas públicas considerando suas conceituações, áreas práticas e eixos norteadores para plano de ações; a Portaria dos Ministérios da Educação e Saúde 1010/2016 levando em conta os princípios norteadores para fomentação da saúde no ambiente escolar e as atividades programadas para obtenção de uma alimentação saudável; a PNAN levando em conta o eixo promotor de alimentação adequada e saudável; o FNDE levando em conta as atividades propostas de EAN; os indivíduos responsáveis no contexto escolar pelo desenvolvimento de ações e as finalidades da EAN.

Bem como as questões foram criadas com base nos achados de pesquisas feitas acerca da temática e nos entendimentos de Lima (2009), Santos (2012 e 2013), Freitas (2008) e Boog (2000/2011) e outros, sendo este questionário construído especificamente para o presente estudo, destinado aos professores do CMEIs de Vitória/ES, sendo este formado por domínios pessoais, como: sexo, idade, tempo de formação e formação profissional, e por questões acerca da percepção destes sobre a EAN, considerando os domínios acerca da percepção do professor acerca da educação alimentar e nutricional e seus processos, da abordagem educativa e pedagógica usadas em EAN, da prática permanente e interprofissional no processo de promoção de hábitos alimentares saudáveis na escola e da escola como contexto apropriado para o desenvolvimento de ações de EAN.

Onde, para cada pergunta foram atribuídos às opções de: Concordo, Tentado a concordar, Tentado a discordar e Não concordo. Tudo isso, na busca de se aproximar ao máximo da visão destes profissionais, Ferreira (2004) informa que pesquisas realizadas no campo da educação e saúde, recomendam-se a apreensão máxima da percepção possível dos participantes.

Os restantes dados recolhidos foram obtidos por meio de uma entrevista semi-estruturada (Anexo B), sendo este instrumento escolhido em detrimento da flexibilidade do mesmo e da oportunização de formulação de demais daquelas exploradas no roteiro de entrevista (Gil, 2001). Sendo a criação deste instrumento de coleta de dados, norteado pelos diálogos estabelecidos com os coordenadores pedagógicos, pela revisão literária, pelas políticas públicas e pelas práticas educativas realizadas pelos professores da escola, buscando compreender a percepção destes acerca da EAN; bem como se fez uso dos princípios norteadores de planos educativos com o tema em questão e a atuação e envolvimento dos educadores no desenvolvimento da EAN; além de que coletamos as variáveis socioeconômicas dos mesmos, que envolvem os domínios referentes a idade, sexo, tempo de cargo e formação profissional dos pesquisados.

Ambas as questões elaboradas no questionário e na entrevista objetivaram compreender a percepção dos professores e coordenadores pedagógicos acerca do processo de EAN na promoção da qualidade de vida de crianças em idade escolar. Onde, teve-se cuidado na criação destas questões, de forma que elas fossem mais impessoais possível, evitando constrangimento desnecessário aos entrevistados, até mesmo porque segundo Minayo (2002, p. 56), o entrevistador não pode ir a uma área de estudo, "... considerando que tudo que vai encontrar serve para confirmar o que ele já considera saber, ao invés de compreender o campo como possibilidade de novas revelações".

3.4 Procedimentos

Desta forma, foram feitos contatos pessoais e diretos pela pesquisadora para pedir a colaboração e participação na pesquisa. Sendo cedidas informações aos participantes sobre a finalidade do estudo, além de que foram respondidas todas as dúvidas dos mesmos. Bem como

se assegurou a todos os participantes que os dados coletados nas entrevistas e questionários são confidenciais e serão usados apenas para fins de publicações acadêmicas.

O período de coleta de dados compreendeu o mês de maio de 2018, onde inicialmente, foram realizados contatos telefônicos sondando a possibilidade de colaboração dos sujeitos, neste caso foram feitos contatos com sete dos cinquenta e um CMEI's, após a vigésima tentativa, alcançou-se o esperado, ou seja, a resposta positiva de dois CMEIs. Assim, a mesma logo se encaminhou a ambos, onde a mesma seguiu disponibilizando informações ao gestor dos centros acerca da finalidade do estudo, além de que se aproveitou este instante para sanar dúvidas sobre a pesquisa, solicitando-se autorização para a realização da mesma, conforme Termo de Ciência e Aprovação (Anexo A e B), tendo cuidado para que os dados de identificação dos indivíduos não transparecessem na pesquisa, desse modo, tais informações encontram-se riscadas pelo marcado preto.

Salienta-se também, que neste momento, foi informado o caráter confidencial do estudo, ressaltando que os dados encontrados nesta pesquisa serão usados apenas para fins da causa deste estudo e para produção de publicações científicas, bem como se garantiu o princípio do anonimato, da maneira que estes não se sintam prejudicados na integralidade da sua pessoa. Logo, após todas as elucidações, o termo em questão foram lidos e devidamente assinados por cada gestor das escolas estudadas e pela pesquisadora, autorizando-a a usar a infraestrutura da escola para aplicar o questionário aos professores e a entrevistar os coordenadores pedagógicos cada centro. Este processo de contato telefônico, aceitação e assinatura do termo se deram em dois dias, um dia destinado a cada CMEI.

No mesmo dia em que os termos foram assinados, determinou-se o dia de volta da autora para aplicar os questionários e fazer as entrevistas, conforme a disponibilidade de cada centro de educação. Tanto os dados dos questionários quanto das entrevistas foram colhidos no próprio centro, nos períodos de intervalo entre o período da manhã e o da tarde.

Os ambientes de aplicação do questionário e entrevistas eram silenciosos e com boa estrutura física. Sendo este procedimento feito apenas pela pesquisadora, a aplicação de ambos instrumentos de coleta de dados duraram em média 30 minutos. Ambos os procedimentos só foram concretizados mediante a assinatura do Termo de Consentimento de Livre

Esclarecimento (Apêndice C), garantido anonimato e confidencialidade de que os dados fornecidos seriam utilizados somente para atender os objetivos desta pesquisa.

Os dados que compõem o perfil dos sujeitos neste estudo, como: idade, sexo, formação, especialização, formação na área de EAN, tempo de cargo atual serão quantificados e apresentados em gráficos, sendo estes analisados por meio de uma análise de conteúdo simples, onde os achados do estudo de campo foram associados com os dados da revisão literatura, no sentido de encontrar evidências que justificassem a finalidade da pesquisa.

V Resultados e Discussão dos Dados

4.1 Percepção dos professores

4.1.1 Descrição das características dos professores

Para melhor elucidação da apresentação e discussão dos dados, se usará sigla C1 para explicitar os dados do CMEI's (Apêndice A) e C2 para o CMEI (Apêndice B). Nesse sentido a seguir têm-se os dados que compõem a descrição dos professores, sendo este formado pela amostra de quatorze profissionais que ministram aulas em ambos os CMEIs estudados, 50% de um e 50% de outro.

Tabela 1
Características dos Professores

Variável		%
Sexo	Feminino	57
	Masculino	43
Formação profissional	Pedagogia	65
	Letras	28
	Biologia	7
	Outros	0
Idade	18 a 29 anos	0
	30 a 39 anos	57
	40 a 49 anos	28
	Acima de 50 anos	15
Tempo de formado	Menos de 5 anos	37
	Entre 6 e a10 anos	35
	Entre 11 e 20 anos	28
	Acima de 21 anos	0
Eventos em EAN	Sim	7
	Não	93
	Às vezes	0

Nota: Elaborado pela autora, 2018.

Ainda de acordo com as informações a finalização de uma segunda graduação foi apontada por 7% dos educadores e 50% tinham algum tipo de especialização, destacando a psicopedagogia com índice de 7%, destaca-se que nenhum dos professores tem mestrado e nem doutorado. Quanto a participar em eventos que envolvem o tema EAN, apenas 7% o fizeram.

4.1.2 Percepção do professor acerca da educação alimentar e nutricional e seus processos

A seguir apresentará os dados referentes à abordagem da EAN e seus processos.

Tabela 2
Percepção da EAN: nutrientes e saúde

Opções	%
Concordo	57
Tentado a concordar	28
Tentado a discordar	15
Não concordo	0

No que tange a percepção que EAN dispõe de informações explicativas acerca dos nutrientes e da influencia destes na saúde, os professores em sua maior parte concordam e/ou se mostraram tentados a concordar. Os dados apontam ainda que a alimentação está relacionada a representações e tradições herdadas que são partilhadas pelos sujeitos de certo contexto social, tratando-se de um assunto que provoca reflexões simbólicas e biológicas (Contreras & Garcia, 2011), nesta linha de pensamento Maciel (2001) expõe que alimentar-se é um ato essencial, inerente à condição de vida de todos os sujeitos, sendo que neste processo o indivíduo cria comportamentos e dá sentidos ao que está ingerido no seu organismo, o que ultrapassa o uso alimentício somente pela necessidade de atender às necessidades do organismo, desta forma, é que se busca pelo significado de alimentar tem chamado à atenção da sociedade.

Embora a alimentação e nutrição sejam entendidas como termos com o mesmo significado, atrai-se a atenção de que os mesmos são diferentes e precisam de melhor entendimento nas elucidações da EAN, segundo Flandrin e Montanari (1998), a alimentação é uma promulgação cultural e não racional, já a nutrição refere-se ao significado que é dado a prática de se alimentar. Assim, nota-se que a aproximação dos termos é um instrumento estratégico na área do saber no que se refere aos processos culturais e biológicos que se estendem em todas as etapas da vida do sujeito.

Tabela 3
Percepção do papel na conscientização da alimentação saudável na promoção da saúde

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0

Tentado a discordar	0
Não concordo	0

Os dados apontam que todos os educadores notam que a transmissão de saber acerca da EAN incitam a conscientização dos educandos sobre os benefícios de uma alimentação saudável. Segundo Freire (1996, p.89), “[...] ensinar não é transmitir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a produção do saber”. O ensinar se resume em desenvolver mudança de comportamento no ser humano e, essas alterações, por vezes, devem ser realizadas pelo professor. Dentro este contexto a educação problematizadora de Freire (1996), mostra que a consciência está no sujeito, que acha meios para se entender como ator do seu próprio caminho, permeado de capacidades de controlar os desafios referentes à alimentação.

Tabela 4
Percepção das ações do EAN promovem hábitos alimentares saudáveis

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

Acerca da percepção do papel exercido pelo educador no que tange ao fato de que ações em EAN, sendo este um caminho permeado de possibilidades para aquisição de hábitos de alimentação saudável, todos os entrevistados foram unânimes em concordar. Segundo Coimbra (2002, p. 48):

A promoção de práticas alimentares saudáveis é um componente importante na promoção da saúde em todas as fases do ciclo da vida e abrange problemas relacionados à obesidade. Nessa direção é imprescindível socializar o conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação associado a conhecimentos técnicos, científicos que promovam a qualidade de vida.

Salienta-se, que embora seja um contexto com inúmeras possibilidades e privilégios, a EAN é um contexto desafiador, que requer abordagens de educação que envolva problemas de alimentar em toda a complexidade dele, tanto nas esferas biológica, social e cultural. Nesse sentido, o entendimento dos aspectos que influenciam o comportamento alimentar dos alunos, é uma estratégia eficiente para criar atividades em EAN (Boog, 2011).

Tabela 5
Percepção da função de oportunizar escolhas alimentares mais saudáveis

***versus* promoção da qualidade de vida**

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	

Conforme os dados apontados, nota-se que os educadores compreendem a relevância dos mesmos em emponderar o educando para que este seja o principal ator da sua vida, evidenciando aos mesmos a relevância da formação de hábitos de alimentação saudáveis no processo de promoção de qualidade de vida.

Domane (2008) reforça evidenciando que os professores são os sujeitos que compreendem e vivem o dia a dia dos educandos, estabelecendo uma relação concomitante de saber e troca, sendo essencial na estruturação e na definição da EAN e dos hábitos saudáveis dos alunos. Entretanto, para isso o saber e a reflexão do professor dentro do contexto deste estudo são fundamentais, ademais Pimenta (2005, p. 39), finaliza que: “... trabalhar as informações na perspectiva de transformá-las em conhecimento é uma tarefa primordial da escola”.

Tabela 6

Planejamento e implantação da EAN e outros contextos e profissionais

Opções	%
Concordo	90
Tentado a concordar	10
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

No tocante ao processo de planejar e desenvolver ações de EAN no contexto escolar, e este processo deve envolver diversos sujeitos e campos de saber, os dados evidenciam a maior incidência na assertiva que concordam, com representatividade de 90%; bem com 10% afirmam estarem tentando a concordar, desse modo, corroborados pela linha de pensamento de autores como Borges (2012) e Garcia (2012), o planejamento e desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis apresentam resultados mais significativos quando estes são feitos em parceria com outros profissionais e com os outros campos de saber. Ainda Fazenda (2001) aponta que ações que envolvam profissionais e áreas com contextos diferentes ao contexto escola em prol de uma única finalidade é um mecanismo essencial na promoção da educação,

considerando que o interesse pela EAN e compromisso de promover hábitos alimentares saudáveis eleva o conhecimento, assim formando a base do saber.

Tabela 7

Concretização de práticas em EAN versus mudanças de comportamento

Opções	%
Concordo	67
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	33

A maior parte dos participantes informam que ações educativas em EAN só podem ser consideradas como válidas se as mesmas influenciarem em mudanças de comportamento alimentar, com índice de 67%, entretanto, 33% dos professores afirmam que tais ações não podem ser só consideradas mediante a concretização de alterações de comportamento alimentar, desse modo, Remoa (2004), informa a efetividade desta educação está intimamente ligada ao processo de educação da escola e do professor, sendo essencial que a criança disponha de instrumentos adequados que estimulem escolhas, entretanto, ainda na visão do autor, a mudança de hábitos alimentares não é feita de forma individual, só por um contexto, ela envolve todo um meio para que se possa ter mudança de comportamento alimentar.

Freire (1996) aponta que a relevância de atividades consistentes para finalizações efetivas e a ação na educação para estender a consciência dos educandos. De acordo com Boog (2014, p. 60):

A sucessão de tudo o que se aprende ao longo da vida em termos de práticas, habilidades, conhecimentos, informações, significados, representações e valores, percepções, opiniões, enfim, tudo que se pensa, sente e faz em torno do comer e da comida.

Nesse sentido, acredita-se ser necessário que a gestão da escola reveja o modo como o tema da EAN está inserido em seu contexto, no sentido de buscar mecanismos que possam interferir em fundamentos incoerentes.

Tabela 8

Percepção de que no processo da EAN se deve passar todo saber acerca da questão ao aluno

Opções	%
Concordo	71

Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	29

Decorre acerca da percepção de que o educador deve transmitir todo seu saber em nutrição ao aluno, quase 30% dos entrevistados foram pontuais informando que não concordam. De acordo com Abreu e Masettor (1990, p. 115) “... é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos”.

Assim, o papel do professor ultrapassa a passagem de conhecimento, decorrente da relação afetiva estabelecida, que engloba sentimentos e provocam marcos na vida dos alunos, nesse sentido, compreende-se que o educador tem função mediadora que guia ao saber, de maneira que atenda aos anseios do aluno. Desta forma, constata-se que os professores não dispõem de saberes adequados que especifiquem o sentido real de sua função ou não se encontram abertos para tal.

Tabela 9

Direito à alimentação adequada e a SAN e a EAN

Opções	%
Concordo	70
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	30
Não concordo	0

No que se refere à alimentação adequada e a SAN como garantias sociais, os educadores consideram que o direito à alimentação deveria fazer parte do conteúdo da SAN e da EAN, com representatividade de 70% e 30% mostraram-se tentados a concordar, desse modo, de acordo com Valente (2002, p. 56) “[...] a alimentação adequada é aquela que colabora para a construção de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres, enquanto cidadãos do Brasil e do Mundo”.

No que tange a SAN, se refere a “[...] garantia de condições de acesso aos alimentos básicos, seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (BRASIL, 1994). Ambos os direitos

estão atrelados à dignidade do sujeito, justiça sociopolítica em prol da erradicação da pobreza, desse modo, explicita que estes devem ser contemplados na EAN.

4.1.3 Abordagem educativa e pedagógica usadas em EAN

Este subtópico depreende os dados referentes à abordagem da educação e da pedagogia usadas em EAN.

Tabela 10

Ações por meio de participação ativa do aluno e a transformação social

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

Relativamente à percepção dos professores, em sua totalidade, estes notam a relevância dos educandos participarem de forma ativa do processo de construção do conhecimento, de forma a valorizar o seus saberes e suas práticas. Fazendo uso do exposto no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Brasil, 2010, p. 27), tem-se:

O fortalecimento da participação ativa e a ampliação dos graus de autonomia, para as escolhas e para as práticas alimentares implicam, por um lado, o aumento da capacidade de interpretação e a análise do sujeito. Sobre si e sobre o mundo e, complementarmente, a capacidade de fazer escolhas, governar, transformar e produzir a própria vida. Para tanto, é importante que o indivíduo desenvolva senso crítico frente a diferentes situações e possa estabelecer estratégias adequadas para lidar com elas. Diante das inúmeras possibilidades de consumo, bem como das regras de condutas dietéticas, a decisão ativa e informada significa reconhecer as possibilidades, poder experimentar, decidir, reorientar, isto é, ampliar os graus de liberdade em relação aos aspectos envolvidos no comportamento alimentar.

Na visão de Freire (1996), a participação do aluno no processo de edificação e reconstrução de conhecimentos e na organização de sua ação cognitiva, promove a integração constante da teoria e da prática. Nesse sentido, o educador assume relevante função no criar de ações educativas significativas que incitem e valorizem o conhecimento do educando,

considerando que, realizar atividades em EAN em que o aluno participe ativamente, pode ocasionar nele uma mudança de consciência no mesmo, possibilitando que o mesmo seja capaz interpretar e analisar o seu comportamento alimentar, sendo esta participação essencial para a formação crítica dos alunos.

Tabela 11

Percepção da função de sensibilizar o autocuidado, autonomia e o empoderamento dos alunos

Opções	%
Concordo	90
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	10

No que diz respeito à função de sensibilizar o aluno para que este desenvolva autocuidado, autonomia e empoderamento, vista que tais atitudes são fundamentais no estado de saúde dos sujeitos, os dados apontam 90% dos professores percebem sua importância em sensibiliza-los. Nessa linha de pensamento, Boog (1999) enfatiza que o autocuidado no contexto da EAN faz com que as crianças assumam o compromisso com elas mesmas com o processo de alimentação, tendo em vista a consciência que estas adquirem para atuar com cautela nos processos referentes à alimentação.

Entende-se que a autonomia consiste em conceder ao sujeito possibilidade reais para que estes quando colocados na condição de tomar decisão, tenha condições críticas e responsáveis de optar pela ingestão de certo alimento ou não (Martins, 2002), desse modo, no contexto da EAN, Conteuto (2007) explicita que a função de sensibilizar deve está voltada ao comportamento desejado, para que a autonomia da criança seja promovida, por meio de ações que permitam que esta faça escolhas com a finalidade de obter o bem estar, assim, vê-se que a autonomia está condicionada a elevação da capacidade de compreender, de fazer opções certas, de avaliar a si próprio e o seu entorno. Já no que se refere ao conceito de empoderar este está atrelado ao nível de informação detido pelo educando, assim quanto mais o educador investir na sensibilização do aluno, maiores serão os níveis de autocuidado e de dos educandos, e conseqüentemente maiores serão as chances destes indivíduos serem conscientes do seu papel no seu estado de saúde.

Tabela 12

Ações ativas e a integração teórica e prática no processo de EAN

Opções	%
---------------	----------

Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

De acordo com a percepção unânimes dos professores, o processo de participação ativo e a integração constante entre teoria e prática são instrumentos que propiciam de forma mais efetiva a construção do conhecimento. Assim, entendendo que a EAN não pode ser entendida apenas como a passagem de saber, mas como uso desses saber para impulsionar alterações comportamentos e nas atitudes com relação aos problemas de natureza nutricional, desse modo, se constata a precisão do desenvolvimento de ações ativas por meio da integração do aporte teórico e da prática, que permitira não só a edificação do saber, mas também a vivência constante dele (Freitas, 2006).

Tabela 13
Percepção da função mediadora através de saber prévio

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

De acordo com a percepção dos professores, os mesmos desempenham papel de mediador e o conhecimento deve ser construído por meio de experiências da realidade e da interação social, considerando o conhecimento prévio dos alunos, todos concordam com a questão. Nesse sentido, entende-se que o a construção do conhecimento ocorre de forma mais significativa, quando este se dá a criança armazena de forma organizada um determinado conjunto de informações, integrando os novos conceitos aos seus conhecimentos prévios.

Para Moreira (2011), é importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que nessa interação não literal e não arbitrária nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.

4.1.4 Prática permanente e interprofissional no processo de promoção de hábitos alimentares saudáveis na escola

A seguir apresentará os dados referentes à abordagem da educação e da pedagogia usadas em EAN.

Tabela 14
Percepção da promoção do papel do aluno no estado de saúde do mesmo

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

Em sua totalidade todos os entrevistados tem a mesma percepção acerca da função em oportunizar aos educandos que estes façam opções alimentares saudáveis, de forma que estes sejam os atores principais da promoção da saúde dos mesmos. Nesse sentido, cabe informar que a alimentação é influenciada por diversos sentidos sociais edificados, e que as escolhas alimentares das crianças são influenciadas pela concepção delas acerca da realidade que as cercam.

Assis e Nahas (1999) salientam que o contexto familiar também exercer papel essencial na educação e na formação hábitos alimentares, devido ao fato que as escolhas alimentares das mesmas ocorrem em função da escolha dos pais e dos exemplos de comportamentos alimentares observado pelo sujeito. Onde observa-se certo nível de dificuldade em programar alterações, pois este processo é impactado pela convivência com os pais. Desta forma, compreende-se a necessidade de ações coletivas que envolvam a família, a escola e a comunidade para a oportunidade de uma aprendizagem concreta em direção de asserções alimentares saudáveis.

Tabela 15
Percepção da função educativa e da função de outros profissionais na saúde na promoção da saúde, por meio de alimentação saudável

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0

Não concordo	0
--------------	---

Os achados do estudo mostram que os educadores notam a relevância em envolver outros profissionais de campo diversos e áreas diferentes do saber para o trabalho com EAN, nesse sentido Santo (2013), elucida a possibilidade de reorganização de pesquisas que sejam mais consistentes no campo da saúde, alimentação e nutrição mediante a contribuição de cunho socioantropológico da alimentação e nutrição relacionados a outras áreas do saber.

Tabela 16

A EAN como projeto de vida constante na formação de hábitos de alimentação saudável, por meio de campos e profissionais diversos na transformação de práticas sociais

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

Os resultados mostram que os educadores notam que a EAN precisa ser desenvolvida em caráter permanente, considerando as variadas fases da vida dos sujeitos; bem como os entrevistados ressaltam a importância de diversos profissionais para permitir a edificação conjunta do saber através de trocas de conhecimentos.

A construção de um plano de trabalho para a área de Educação Permanente passa, necessariamente, pela compreensão de que diversos saberes e práticas que se cruzam e se alimentam, possibilitando pensar e realizar diferentes entradas no campo da aprendizagem e da formação dos diferentes sujeitos envolvidos na complexa tarefa de concretizar a alimentação do escolar como uma estratégia de democratização e transformação das relações sociais (Juzwiark; Castro; Batista, 2013, p. 1010).

Guimarães; Martin e Rabelo (2010) acrescentam que ações permanentes devem ser compreendidas como um instrumento de reflexão, integração e edificações de ideias voltadas para a prática, sendo que estas devem ser desenvolvidas em parcerias com os profissionais do campo da educação, saúde e alimentação para dar suporte e promover ações de incitação de hábitos alimentares saudáveis.

Tabela 17

Percepção de interprofissionais na EAN como prática transformadora

Opções	%
Concordo	100

Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

Os achados do estudo são unânimes em apontar a relevância da prática interprofissional em EAN na escola, considerando que esta possibilita a troca de experiências e saberes entre os diversos campos e profissionais, Silva e Fonseca (2009, p. 3) acerca do exposto, alega que este processo de troca de experiência e saberes possui caráter transformador de práticas educativas, além de seria ingenuidade “... supor que a formação de bons hábitos alimentares se efetive na escola com ações isoladas, como a oferta de alimentos nutricionalmente ricos ... palestras e distribuição de folhetos”.

Na visão de Juzwiark, Castro e Batista (2013), a promoção de troca de vivências e saberes, resultaram em incitação ao laboro em parceria, desta maneira, pode-se afirmar que esta troca no contexto da EAN é um mecanismo promotor de alimentação saudável, no sentido que tais saberes e trocas de todos os envolvidos possibilita a edificação da cultura saudável no ambiente escolar. Diante o discorrido, evidencia-se que o nutricionista desempenha papel mediador integrado a comunidade escolar e educador função de ser de exemplo aos educandos, no sentido transversal.

Tabela 18
Percepção da função da nutricionista e do coordenador pedagógico no EAN

Opções	%
Concordo	82
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	18

Diante do apresentado, observa-se que os professores ainda tem dificuldade em saber da função do profissional do campo na nutrição no contexto escolar, no sentido de que 18% não concordam que a função das nutricionistas consiste na supervisão das cozinhas e do educador e coordenadores envolvem ações de planejamento e programação de atividades de educação em EAN. Desse modo, cabe uma reflexão se os educadores da modalidade de ensino infantil de Vitória/ES conhecem realmente o PNAE e a sua função no desenvolvimento da EAN, no ambiente escolar.

4.1.5 Escola como contexto apropriado para o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional

A seguir apresentam-se os dados referentes à abordagem da escola como espaço apropriado para o desenvolvimento de ações em EAN.

Tabela 19

A escola na formação do sujeito

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

Todos os professores têm a percepção de que a escola é o local que oportuniza a construção de valores e maneiras de conhecer o mundo, sendo considerado por estes como espaço ideal para fomentação da saúde, tendo em vista seu potencial peculiar de formar sujeitos críticos e emponderados, com habilidade de compreender o mundo ao seu entorno e transformá-los. Nesse sentido, Rogerio (2015, p. 5), afirma que “[...] a escola se destaca como espaço privilegiado. É nesse ambiente que ocorrem experiências favoráveis á construção de valores, hábitos e atitudes”.

Tabela 20

Percepção da função do campo da saúde na promoção da qualidade de vida

Opções	%
Concordo	75
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	25
Não concordo	0

Embasados pelo exposto, entende-se que os a maior parte dos educadores depreendem que os aspectos concernentes à saúde e a qualidade de vida necessitam ser laborados em demais contextos e por demais profissionais destes contextos com capacidade para isso. Em decorrência de que a formação de hábitos alimentares influencia na saúde e na qualidade de todos os indivíduos, entretanto, os hábitos ruins podem ser mais prejudiciais às crianças do que aos adultos, considerando a necessidade nutricional que seu desenvolvimento físico e intelectual requer. Desta forma, tais aspectos precisam ser laborados por diversos setores e

profissionais, de forma a possibilitar o desenvolvimento pleno da criança com qualidade de vida (Valente, 2002).

Tabela 21

Escola e a junção de família e área da saúde na promoção da saúde

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0
	n 14

Os achados apontam que todos tem a mesma percepção de que a escola é o local adequado para reunir a família e os profissionais do campo da saúde, no sentido de programar atividades educativas permanentes, visando à promoção da saúde. De acordo com Simões; Franchikoski e Negri (2004, p.131):

As atividades educativas promotoras de saúde na escola representam importantes ferramentas na construção de hábitos alimentares saudáveis, recomendando-se investir o maior tempo possível em orientação alimentar e na formação de laços estreitos entre a família e a escola, engajados neste processo educacional voltado à boa alimentação infantil.

De fato, Alencar et al. (2018) afirmam que a escola permiti a integração de diversos atores de contextos diferentes, sendo esta local estratégico para fomentação de atividades de promoção de saúde, acima de tudo dos aspectos referentes a alimentação saudável.

Tabela 22

A EAN e o Projeto Político Pedagógico

Opções	%
Concordo	60
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	40

Quase metade dos professores entrevistados não tem a percepção de que a alimentação e nutrição na escola devem ser laboradas apenas quando estiverem contemplados nos PPP's. Dados interessantes, na medida em que estes entendem a relevância da abordagem do tema, mesmo que não estejam inseridos neste documento. Assim, nota-se que a inserção dos temas

no PPP possibilitará a passagem dos temas em todas as disciplinas, permitindo vivências no dia a dia das ações educativas, na intenção de elevar à alimentação saudável dentro e fora da escola.

Tabela 23

Desenvolvimento do EAN por meio de ações interdisciplinares

Opções	%
Concordo	100
Tentado a concordar	0
Tentado a discordar	0
Não concordo	0

A partir do exposto observa-se que os professores percebem que o desenvolvimento da EAN no contexto escola deve ultrapassar o que é exposto no currículo, possibilitando atividades integradas com todas as disciplinas escolares. Segundo Fazenda (2001, p. 34) ações integradas com as disciplinas escolares:

[...] pode favorecer a que os propostos saberes e os novos pilares se manifestem na ação educativa como formas de aproximação da realidade sociocultural nas diversas esferas do ser humano. A formação à interdisciplinaridade enquanto enunciadora de princípios, de estratégias, procedimentos indicadores de práticas na intervenção educativa, precisa ser realizada de forma concomitante e complementa.

No contexto dispensado a expressão de pontos de vista, além do exposto acima, três educadores apontaram, que:

- “[...] sentiu falta da abordagem da obesidade das crianças e as estratégias”.
- “A junção entre os educadores e profissionais do campo da saúde ira auxiliar a todos neste processo”.
- “Respondi o questionário sem ter base científica para isso”.

5.2 Percepção dos pedagogos

Para melhor elucidação da apresentação e discussão dos dados, onde se usará sigla Entrevistado 1 (Coordenador Pedagógico) para explicitar os dados do CMEI’s (Apêndice A) e Entrevistado 2 (Coordenador Pedagógico) para o CMEI (Apêndice B). Nesse sentido, a seguir

apresentam-se e discutem-se os dados que compõem a descrição dos coordenadores pedagógicos, sendo este formado pela amostra de dois profissionais que atuam um em cada CMEI, ou seja, representam 50% de um e 50% de outro.

Tabela 24

Descrição dos coordenadores pedagógicos

	Entrevistado 1	Entrevistado 2
Idade	51 anos	40 anos
Sexo	Masculino	Feminino
Tempo de cargo	2 anos	7 anos
Formação superior	Letras	Pedagogia
Especialização	Gestão Escolar/ Docência Ensino Superior	Arte e Educação

Conforme os dados coletados, nenhum dos coordenadores pedagógicos entrevistados tem formação em EAN. No que se refere à participação e eventos, apenas o Entrevistado 2 participa de um evento no campo em questão, com constância trimestral. No que diz respeito à contemplação e importância do assunto no PPP, por mais que apontassem e previssem a EAN como elemento do currículo escolar, os mesmos não se encontram detalhados no documento em questão, além de que os entrevistados não sabem de que maneira tais ações seriam desenvolvidas e nem como estas seriam avaliadas.

Observando o PPP dos centros em questão no período em que foram feitas as entrevistas, notou-se que o espaço cedido ao assunto no documento é mínimo e os fatores de cunho teórico e metodológicos da EAN não aprofundados. A edificação do PPP dos centros de educação é essencialmente baseada em tendências e/ou protótipos de educação tradicional para implantar de ações em educação voltadas para a EAN. Mediante as questões norteadoras do roteiro de entrevista, estabelecidas para avaliação o entendimento da avaliação do material estudado, nesse sentido, com relação se: **A EAN se refere à oferta de alimentos?**

Os dados mostraram que a EAN se refere à oferta de alimentos no contexto escolar, bem como ela contempla os elementos nutricionais dos mesmos. Entretanto, o Entrevistado 1 aponta contradição na resposta, ao evidenciar que o contexto escolar não precisa fornecer alimentação e as verbas voltadas para o campo da educação devem usadas somente em prol de outros campos mais relevantes. O mesmo continua discorrendo que o assunto não se encontrado presente entre

as principais finalidades da escola, assim a EAN não deve ser aprofundada de forma permanente no ambiente escolar e a família precisa ser mais impulsionada a trabalhar o assunto.

“[...] na minha visão eu não acho que o contexto escolar deve subsidiar alimentação aos alunos, não digo lanches, estes podem ser ofertados, mas em quantidade mínima para assegurar o tempo que os alunos estão na escola. Na verdade deveria se ter programas de distribuição social, para que as famílias terem condições de ofertar alimentos para seus entes. Não penso na escola como espaço para alimentação, além de que esta verba poderia ser em prol de outros campos da educação” (ENTREVISTADO 1)

Mediante o exposto, Santos (2013) relata a importância da formação profissional dos coordenadores com a intenção de sensibilizar a transversalização do assunto no currículo, sendo este o primeiro passo para a fomentação da saúde na escola, entretanto, os achados apontam que a metade dos entrevistados a consideram relevante e a outra não.

Entretanto, observa-se que este coordenador evidencia que o problema social da fome e a ausência de acesso à alimentação, ao mencionar que o contexto escolar assuma de forma temporária a precisão alimentar da criança. Mas, na visão do mesmo, é preciso criar meios para que a família supra esta função educativa e o contexto escolar tenha como finalidade principal ofertar a transmissão de conhecimentos, levando em conta que neste caso, que programas de alimentação escolar são ações assistencialistas usadas para obtenção de votos eleitorais. Este coordenador faz reflexões de que talvez o contexto escolar seja o único ambiente que ofereça os nutrientes precisos para a manutenção de uma vida saudável, mesmo que este não pareça entender bem acerca dos fatores nutritivos dos alimentos.

“[...] Eu vejo uma problemática social séria, e talvez o ambiente escolar seja o único, boa parte das vezes, que o aluno faz ter comida com os nutrientes precisos, enquanto vivemos em uma sociedade como a nossa... aí eu penso na necessidade de criar outras formas para dar condições a uma alimentação com nutrientes lá na família, para que o contexto escolar se volte apenas para a sua finalidade principal que é transmissão de saber mesmo, eu acho que este programa é tudo assistencialismo eleitoral” (Entrevistado 1),

Na visão do Entrevistado 2, com a elevação do poder aquisitivo dos sujeitos, os sujeitos estes estão se alimentando mais, entretanto, a maior parte das vezes os alimentos comidos não são de qualidade, sendo as refeições dos sujeitos substituídas por comidas prontas ou *fast food*, bem como nota-se a incitação midiática aos produtos industrializados. Assim, na visão do entrevistado em questão as ações educativas dos professores nos instantes das refeições dos

alunos, com comportamentos alimentares saudáveis e elucidações acerca dos maléficis dos produtos industrializados é relevante.

Salienta-se que a prática de ações proibitivas fere o direito assegurado as crianças na percepção dos pais, pois: “Na escola atual, estes dia falei sobre salgadinho com um educando, chamei só a atenção dele com relação ao produto e horário que ele estava comendo, no outro dia veio a mãe falando que eu não posso proibir o filho dela de comer o que ele quiser, que isto é uma questão de direito” (Entrevistado 2). De acordo com Silva e Fonseca (2009), apenas a disponibilização de alimentos e dados sobre alimentação adequada e saudável no contexto escolar, não influencia positivamente na construção de hábitos de alimentação, compreendendo a alimentação como processo complexo, que precisa abordagens em educação de progressão, com diversos profissionais e campos diferentes.

Na segunda assertiva: **EAN no Projeto Político Pedagógico**, o Entrevistador 1, decorre acerca da precisão dos educadores tomarem posse de temas transversais, como recomendado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) para realiza-la em projetos peculiares. O mesmo relata que a abordagem deste tema no PPP deve ter abordagem ecológica, como por exemplo, projeto com horta. No sentido de que um projeto como este pode elucidar a interdisciplinaridade, abordando o assunto e sua correlação com o processo alimentar. Sendo este um mecanismo promotor de embate acerca do assunto e incitador de práticas alimentares saudáveis das crianças, permitindo alteração de comportamento.

A minha visão é ecológica. Por meio de uma educação ecológica, acredito em projetos, como a construção de hortas. Sendo este usado de forma interdisciplinar, trabalhando todas as matérias. Exemplo, geografia abordaria a paisagem, historia falaria da apropriação de terra, e segue o fluxo. Não é um assunto pertencente a uma só matéria, de maneira ampla poderia ser trabalhado em campos da saúde e da relevância da alimentação boa, sem agrotóxicos. Ah, até poderia consumir o produto consumido, seria bem legal, né? (Entrevistado 1)

Já o Entrevistado 2, discorre que a abordagem da alimentação saudável no PPP, é um mecanismo estratégico, considerando que ao ofertar alimentação saudável, incitar a experiencição de novos saber e favorecer a reformulações de hábitos alimentar, são formas de se promover a promoção da saúde, desse modo, laborar esta temática no sentido de quebrar paradigmas acerca da alimentar, permitindo que os sujeitos façam a ingestão de produtos mais saudáveis, mostra-se como um instrumento estratégico relevante.

Subsidiar a alimentação saudável, por meio de experiência, reformulação de comportamento alimentar, conhecer novos sabores e texturas. Assim logo que comecei a trabalhar aqui eu trazia muitos doces para escola, na verdade eu era resistente a alimentação saudável, frutas? Aqui tinha muitos alunos que não aceitavam inserção delas, isso é romper com conceitos.

Percebe-se que acerca dos princípios norteadores para inserção da EAN no PPP no contexto escolar, os relatos mostram que a abordagem ecológica em ações com todas as disciplinas, como a horta, como fator importante. Na visão de Veiga (2002), o PPP deve ser edificado e experienciado por todos os atores do contexto escolar e nas esferas políticas também, no sentido de formar sujeitos capazes de estabelecer atividades em educação ativamente, nesse sentido, a proposição de criar uma horta e as chances de estabelecer conversas em todas as matérias do currículo, mostram como um relevante instrumento pedagógico para educadores.

No quesito **Análise, Escola, EAN: um trio de conversação**, os entrevistados apresentam a sua visão acerca do processo de análise das atividades em EAN no contexto escolar. Nesse sentido o Entrevistado 1, discorre que o assunto é mais abordado em sala de aula pelo educador, desta forma fica difícil analisar e apontar as atividades desenvolvidas em questão. O mesmo evidencia a inexistência de laboro articulado no centro, bem como as atividades são pontuais. Foi possível perceber que os educadores fazem ações em educação mais do que impulsionam o desenvolvimento do aluno, não levando em conta as finalidades inerentes a cada matéria.

O contexto escolar, nesse assunto em questão, pelo tempo que estou aqui, que o professor trabalha a questão em sala de aula, de uma maneira muito peculiar, a escola não tem nada articulado para tal. Eu penso que é um assunto que falta de consciência, porque se ele tem consciência ele veste a camisa, pois hoje em dia vejo que os professores se atem mais aos obstáculos do que ao fazer pedagógico, sem se preocupar em oferecer aos alunos ações específicas,

O Entrevistado 2, informa que os educadores mostram interesse na temática e apresentam interesse em desenvolvê-la, no que tange a avaliação, estas são tidas como positiva. Os educadores laboram o assunto em sala de aula e incitam os educandos a ter hábitos de alimentação mais saudáveis.

Vejo a ação dos educadores como positiva. Pois este relacionam as atividades em sala de aula, fazem até receitas.. Laboram receitas na sala em certas matérias, e por meio desta produzem alimento e depois comem. Assim, eu penso que é

uma maneira de incitarem os educandos a não formarem gostos por alimentos ruins.

No que concerne: **EAN no contexto escolar: práticas coletivas, dialógicas, potentes**, as entrevistas feitas apontam as percepções dos coordenadores entrevistados acerca da EAN na escola e sua correlação no que se faz e os trilhos potenciais que podem ser seguidos. Em ambos os centros, os coordenadores informam que a EAN é trabalhada em projetos que tem a inserção de alimentos por meio do sistema *self service*, em que a distribuição da alimentação é feita usando-se um balcão, em ações que incitem a experiência e exploração de receitas. As entrevistas possibilitaram entender que as atividades de EAN neste contexto são mais feitas dentro da sala de aula, nesse sentido vê-se a precisão de rever tais práticas. Sendo preciso educadores mais conscientes de sua função e mais instrumentos para incitar e estimular o coletivo a impulsionar as práticas de educação em EAN.

O Entrevistado 1, salienta a necessidade de laborar o tema nos ambientes e horários de embates pedagógicos em prol de superar a visão de resistência. Este assunto e outros devem ser embatidos nos horários que estão a maior parte dos envolvidos no processo de escolarização presentes. Sendo que as atividades em EAN não podem ser impostas, inviabilizando o reformular de seu pensamento acerca de suas ações educativas, além de que o mesmo informa que as ações coletivas devem ser mais privilegiadas.

Olha só vejo o espaço pedagógico, que é o ambiente que a prefeitura dispõe. Nas articulações que são feitas, nos horários onde todos estão presentes. Talvez uma pesquisa de início, arrumar uma liderança, para ter uma concentração de saber acerca do assunto e de experiências acerca da temática que podem indicar caminhos.

O Entrevistado 2, compreende que pensar o indivíduo em sua totalidade, levando em, consideração o seu cotidiano alimentar no contexto escolar, os locais e a estruturação das refeições

Vejo como total mesmo. Penso no horário da alimentação, como este aluno se serve, quanto tempo ele leva para se alimentar, se o que ele ingere é de qualidade. Porque no horário em que as refeições são servidas é o horário que estes também brincam, então o comer não é prioridade. Já o ambiente escolar trabalha de maneira dinâmica que ajuda muito nesta questão.

Conclusões

Na visão dos participantes do estudo vê-se a existência de variadas tendências pedagógicas, onde os modelos tradicionais e progressistas foram os mais observados. Mas, as ações pedagógicas fundamentadas em instrumentos tradicionais são os mais usados nos CMEI's de Vitória. Os educadores notam a relevância de profissionais do campo da saúde na troca de conhecimentos, compartilhando vivências e dando espaço as práticas que envolvem demais

profissionais de campo deferentes e abordagens em todas as disciplinas; bem como estes entendem que sua função é importante para realizar atividades de EAN no contexto escolar, evidenciando a precisão de maior visão do assunto, além de atividades conjuntas com profissionais do campo da saúde, comunidade e família em um processo de escolarização através de ações coletivas.

Na visão dos coordenadores, estes evidenciam a função dos educadores na formação de hábitos de alimentação, entretanto, notam a precisão de realizar atividades que envolvam outros sujeitos, juntando os diversos indivíduos, e a relevância de conscientizar os educadores acerca do assunto, de maneira a acabar com as resistências e dotar estes profissionais de habilidades para criar ações de educação em EAN.

Ambos entrevistados percebem que a escola é o espaço apropriado e privilegiado para ações educativas de saúde e evidenciam relevância da valorização do saber do educando e seu processo ativo na edificação de conhecimentos acerca da alimentação e nutrição. Entendendo o assunto como mecanismo de promoção e enfrentamento de problemáticas no campo da saúde e atividades educativas em crianças são essenciais na edificação de hábitos mais saudáveis, ainda, a função da família, comunidade e profissionais do campo da saúde na formação dos mesmos e que o assunto precisa ser contemplado no PPP dos CMEIs, onde as atividades em EAN são feitas de maneira pontual, sem expansão do conhecimento teórico acerca do assunto.

Os educadores ainda relataram a necessidade de maior envolvimento com os assuntos alimentares no contexto da escola, de atividades formativas acerca da temática e de estudos com guiação alimentar para alteração de hábito dos educadores para após impacta dos educandos. Compreendendo que atividades em EAN. Os coordenadores informam a precisão dos educadores tomem posse de mais assuntos transversais e dos desafios encontrados para se analisar as práticas em educação alimentar e nutricional feitas tanto pelos educadores quanto pelos nutricionistas quando fazem visitas técnicas.

Acerca do desenvolvimento de práticas em EAN no contexto escolar, ambos os participantes relatam a precisão de locais voltados a embates do assunto neste local e evidenciaram as chances de atividades que se assemelham a proposição de horta, sendo este trilho encontrado pelos coordenadores para laborar durante os embates pedagógicos com os educadores, através de práticas que valorizem o saber que os educandos já têm acerca da alimentação e devem levar consideração as esferas dos indivíduos.

Mediante o exposto, as principais limitações de um estudo se referiram ao pouco aprofundamento acerca das concepções, das abordagens e dos instrumentos de ações em educação em EAN por parte dos participantes do estudo, o que dificultou um pouco o processo de desenvolvimento da pesquisa, ficando evidente as dificuldades enfrentadas pelos educadores e coordenadores pedagógicos para o desenvolvimento de ações no ambiente escolar, no que tange a práticas permanentes, interprofissionais e intersetoriais.

No que tange a sugestão para futuros estudo deste domínio, tem-se o envolvimento de outras áreas do conhecimento, como o campo da nutrição e da saúde, na perspectiva de fomentar novas abordagens e reflexões acerca das ações em EAN atuais e futuras no contexto escolar, de forma a potencializa novas maneiras de agir e guiar processo de ensino e aprendizagem em EAN; bem como o desenvolvimento de meios que provoquem a sensibilização da relevância da temática neste contexto, no sentido de impulsionar diálogos, valorizar o saber de todos os sujeitos envolvido.

Acerca de orientações para os profissionais que devem levar em consideração os significados e sentidos da alimentação e nutrição na escola, como local em que questões do dia a dia devem ser tratadas para o encaminhar do aluno para a vida e auxiliar, desta maneira, para a constituição de sujeitos mais conscientes e responsáveis por sua saúde. Para tal, cabe a reflexão acerca da inserção da EAN como mecanismo estratégico nas políticas que envolvem os temas, no contexto do DHAA e da asseguaração da SAN, no desenvolvimento de tecnológicos sociais e seus limites e chance na escola para impulsionar transformações de atitudes e de ações alimentares no ambiente escolar.

Por fim, entende-se a necessidade de um projeto que possa ser usado em todos os contextos educativos formais na finalidade de incitar uma formação permanente em EAN para os educadores e coordenadores pedagógicos e expandir as ações nesse sentido aos responsáveis e a comunidade que cerca o centro de educação, levando em consideração a função importante desempenhada por estes nas atividades de educação na escola.

REFERÊNCIAS

Abreu MC Masetto MT (1990). *O professor universitário em aula*. São Paulo: MG Editores Associados.

Abreu ED Viana IS Moreno RB Torres EAFS (2001). Alimentação mundial: uma reflexão sobre a história. *Saude soc.* vol.10 no.2 São Paulo Aug./Dec.,

Alencar IS Batista LD Cruz PJS Simon. (2018). O ambiente escolar como espaço de promoção da saúde: perspectivas a partir de um projeto de extensão. *Centro de Ciências Médicas/Departamento de Promoção da Saúde/PROBEX*. Disponível em: <

- <http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/6CCMDPSPROBEX2013640.pdf> > Acesso em 23. Mai. 2018
- Albiero KA Alves FS. (2007). Formação e desenvolvimento de hábitos alimentares em crianças pela educação nutricional. *Rev. Nutrição em Pauta*, São Paulo, ano 15, n. 82, p. 17- 21.
- Almeida AL Iocca FAZ. (2012). Hábitos alimentares na educação infantil. *Revista Eventos Pedagógicos*. Mai-Jun. v.3, n.2, p. 31 – 41.
- Amaral CMC. (2008). Educação alimentar. FMPB, Disponível no site: Fundação Passos
- Assis MAA Nahas MV. (1999). Motivational aspects in programs of nutritional behavior changes. *Rev. Nutr.*, Campinas, 12(1): 33-41, jan./abr.
- Aerts D Alves GG La Salvia MW. (2004). Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1020–1028.
- Assumpção D Martins S Domene SMA Fisberg RM Barros MBA. (2001). Diet quality and associated factors among the elderly: a population-based study in Campinas, São Paulo State, Brazil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 30(8):1680-1694, ago,
- Bacha ML Strehlau VI Romano R. (2006) *Percepção*: Termo frequente, usos inconsequentes em pesquisa? In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Anais do 30 EnANPAD, 30º Encontro da ANPAD-2006, Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.
- Balash JR. (1991). Percepción: usos y teorías. *Educacio física i Sports*, Barcelona, v. 25, p.9-14
- Barros MSC Tartaglia JC. (2009) A política de alimentação e nutrição no Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. *Aliment. Nutr.* 14(1):109-21.
- Bertin LR et al. (2010). Estado nutricional, hábitos alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. *Revista Paul Pediatría*, 28(3):303-8.
- Bosley, B (1975). Nutrition education. In: Beaton GH Bengoa JM *Nutrition in preventive medicine: the major deficiency syndromes, epidemiology, and approaches to control*. Geneva: World Health Organization
- Brasil. (1988). *Constituição Federal de 1988*. Brasília, 1988
- _____. (1990). *Lei Orgânica da Saúde nº 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Brasília.
- _____. (1994). *Primeira conferência nacional de segurança alimentar*. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

_____. (1999). *Ministério da Saúde*. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. (2006). *Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

_____. (2010). *Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010*. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

_____. (2012). *Ministério do desenvolvimento social e combate à fome*. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília: Ministério da Saúde.

_____. (2013). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE no . 26, de 17 de julho de 2013. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE*. Brasília: Ministério da Educação; 2013.

Boog MCF. (1997). Educação nutricional: passado, presente e futuro. *Revista de Nutrição*, v. 10, n. 1, p. 5-19.

_____. (2000). Educação nutricional: passado, presente e futuro. *Revista de Nutrição*, v. 10, n. 1, p. 5-19.

_____. (2011). Histórico da educação alimentar e nutricional no Brasil. In: Diez-Garcia; Cervato-Mancuso (Orgs.). *Mudanças alimentares e educação nutricional*. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 66-73.

Caobianco FK. (2017). *A importância da alimentação para o desenvolvimento infantil*. Disponível em: < <http://blog.abcnacozinha.com.br/a-importancia-da-alimentacao-para-o-desenvolvimento-infantil/> > Acesso em 23. Jun. 2017.

Camossa ACA Costa FNA Oliveira PF Figueiredo TP. (2005). Educação nutricional: uma área em desenvolvimento. *Alimentos e Nutrição Araraquara*, v.16. n 4.

Candeias V Nunes E Moraes C Cabral M Ribeiro SP. (2005). *Princípios para uma alimentação saudável*. Direção Geral de Saúde. 2005. Neste guia encontrará uma descrição detalhada dos

alimentos e respectiva função, bem como um conjunto de recomendações para uma alimentação diária mais saudável.

Caponi AS. (2003). *A saúde como abertura de risco*. Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: Fiorescruz.

Carvalho DG Castro VM. (2010). *O Programa nacional de alimentação escolar (PNAE) como política pública de desenvolvimento sustentável*. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS).

Cavalcanti LA (2009). *Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis*. Tese de Mestrado, Brasília.

Chauí M. (1999). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.

Coimbra AL (2002). *Ministério da integração nacional*. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Redução da vulnerabilidade aos desastres e acidentes na infância. Brasília: Ministério da Integração.

Consea. (2004). *Alimentação e educação nutricional nas escolas e creches*. In: Conferência Nacional De Segurança Alimentar, Relatório final. Olinda.

Contreas J Garcia M. (2011). *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Fiorescruz.

Cunha LF . (2014) *A importância de uma alimentação adequada na educação infantil*. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira.

Custódio IM Pinho KEP. (2009). *Influências da alimentação na aprendizagem*. Fev. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1674-8.pdf> > Acesso em 15. Mai. 2018

Danelon MAS Danelon MS Silva MV. (2006). Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. *Rev. Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 85-94.

Dartora N Valduga AT Venquiaruto L. (2006). Alimentos e saúde: uma questão de educação. *Vivências, Erechim*. V. 01, ano 2, nº. 3 p.201-212.

Diniz A. (2006). *Alimentação*. Jun. Disponível em: < <http://abiliodiniz.com.br/qualidade-de-vida/alimentacao/alimentacao-e-audicao/> > Acesso em 15. Mai. 2018

Duarte MFS Giuliano ICB. (2010). Intervenção interdisciplinar em Crianças obesas e o Impacto na Saúde e Qualidade de vida. *Jornal de Pediatria*. Vol. 89. Num. 5. p. 499-504

Fagioli D Nasser LA. (2006). *Educação nutricional na infância e na adolescência: planejamento, intervenção, avaliação e dinâmicas*. São Paulo: RCN Editora.

Farias ES Guerra Junior G Petroski ED. (2008). Nutritional status of schoolchildren in Porto Velho, Rondônia, Brazil. *Rev. Nutr.* vol.21 no.4 Campinas July/Aug.

Fazenda IAC. (2001). *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 4ª ed. Campinas: Papirus.

Fernandes FM (2006). *Alimentação e nutrição entre escolares: caso dos alunos de uma escola do município, Vitória – ES*. 49 f. Monografia (Especialização em Nutrição Clínica) - Curso de Pós-Graduação em Nutrição Clínica, Universidade Veiga de Almeida, Vitória.

Ferrão RG. (2008). *Metodologia científica para iniciantes em pesquisa*. Vitória: Incaper.

Ferreira MCR. (2004). A educação coletiva do pequeno cidadão de 0 a 3 anos. *Revista Criança do professor de Educação Infantil*. Dezembro. Ministério da Educação.

Ferreira AMA Holland CV Faria MPO. (2004). *Alimentação da criança*. São Paulo: Artes Médicas.

Ferreira MCRA. (2004). A educação coletiva do pequeno cidadão de 0 a 3 anos. *Revista Criança do professor de Educação Infantil*. Ministério da Educação.

Ferreira ED Teixeira CS Santos A. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun.

Fischler C. (1995). *Obeso benigno, obeso maligno*. São Paulo: Estação Liberdade.

Freitas MCS. (2006). Educação nutricional: aspectos socioculturais. *Nutrição, Campinas Guias alimentares para crianças: aspectos históricos e evolução*. *Rev. Nutr.* vol.19, n.2, pp. 255-263.

Flandrin JL Montanari M. (1998). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade.

Freitas MCG Fontes ABV Oliveira N (2008). *Escritas e narrativas sobre a alimentação e cultura*. São Paulo: Edtufa

Freitas ASS Coelho SS Ribeiro LR (2009). Obesidade infantil: influência de hábitos alimentares inadequados. *Saúde & Amb. Rev. Manhaçu*, Disponível em: <<http://publicações.unigranrio.edu.br/index>>. > Acesso em 23. Jun. 2017.

Freitas PG. (2002). *Saúde um estilo de vida*. Baseado no Equilíbrio de Quatro Pilares. São Paulo.

Freire P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra.

Freitas EO Martins I. (2008). Concepções de saúde no livro didático de ciências. *Ensaio. Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 10, n. 2, p. 222-248.

Garcia RW. (2012). *A antropologia aplicada às diferentes áreas da nutrição*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

- Gaspar TM Gaspar Ribeiro JLP Leal I. (2006). Qualidade de vida e bem-estar em crianças e adolescentes. *Rev. bras. ter. cogn.* vol.2, n.2, pp. 47-60.
- Gil AC. (2001). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves MHB Kritz S. (1998). *Nutrição e dietética*. Rio de Janeiro: SENAC.
- Gowdak D Martins E. (2006) *Ciência: novo pensar*. Edição Renovada. 7ª série/8º ano. 2ª ed. São Paulo: FTP.
- Guimarães EMP Martin SH Rabelo FCP. (2010) Educação Permanente em Saúde: Reflexão e Desafios. *Cienc Enferm.* (2):25-33.
- Houaiss A. (2002). *Dicionário eletrônico houaiss da língua portuguesa*. São Paulo, Objetiva.
- Juzwiark CR Castro PM Batista SHS. (2013). The experience of the Permanent Workshop on Health and Nutrition Education - OPEAS: training of professionals for the promotion of healthy nutrition in schools. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4, p. 1009-1018.
- Lima ES (2009). *Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar, 1934-1946*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Lima ES Oliveira CS Gomes MCR. (2003). Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro, 1980-1998. *Hist Ciênc Saúde Manguinhos*, v. 10, n. 2, p. 604-35.
- Loureiro SAG. (2005). *Alfabetização: uma perspectiva humanista e progressiva*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Macedo DC Teixeira BEM Jeronimo M Barbosa AO Oliveira MRM. (2015). A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Rev. Simbio-Logias*, V.2, n.1, Mai.
- Dione C et al. (2015). A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Revista simbio-logias*, v. 12, n. 1.
- MacDonald SM. (1992). A concept analysis. *Internacional Journal of Nursing Knowlegde*, v. 23, n. 1,
- Maciel ME. (2001). Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin?. *Horiz. antropol.* vol.7 no.16 Porto Alegre Dec.
- Melão IB (2012). Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. *Cad. IPARDES*. Curitiba, PR, v. 2, n.2, p. 87-105, jul./dez.
- Mello et al. (2004). Obesidade Infantil: como podemos ser eficazes? *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, mai/jun . v. 80, n. 3, p. 1-16, mai/jun.
- Moraes FT. (2004). *Trabalhando com a educação infantil*. Canoas: Ed. ULBRA.
- Moreira MAA. (2011). *Aprendizagem significativa*. São Paulo: UPU

- Moura Ê. (1993) *Biologia educacional: noções de biologia aplicadas a educação*. São Paulo: Moderna.
- Nespeca M (2009). Determinantes da Qualidade de Vida no Trabalho dos funcionários não docentes da Universidade de São Paulo (USP): o papel da Nutrição e da Qualidade de Vida em Geral. Dissertação (Mestrado). São Paulo.
- Newell P. (1993). *The United Nations Convention and Children's Rights in the U.K.* London: National Children's Bureau.
- Ogden J. (2003). *The psychology of eating: From healthy to disordered behavior*. U.S.A.: Blackwell Publishing.
- Ochsenhofer K et al. (2000). *O papel da escola na formação da escolha alimentar: merenda escolar ou cantina?*
- Oliveira AMA Cerqueira EMM Souza JS Oliveira AC (2005). Sobrepeso e obesidade infantil: influência de fatores biológicos e ambientais em Feira de Santana, BA. *Arq Bras Endocrinol Metab.*, v, 47, n. 2, p. 144-50
- Oliveira JED. (2007). Educação e direito à alimentação. *Estud. av.* vol.21, n.60, pp.127.
- Organização Mundial Da Saúde (OMS). (1948) *Estratégia global para a alimentação saudável, atividade física e saúde: 57ª Assembléia Mundial de Saúde*.
- _____. (1986) *Primeira conferência internacional sobre a promoção da saúde*. Ottawa, Canadá.
- _____. (2004) *Estratégia global para a alimentação saudável, atividade física e saúde: 57ª Assembléia Mundial de Saúde*.
- Pereira EF Teixeira CS Santos A. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. *Rev. bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun.
- Pimentel VRM Sousa MF Ricardi LM Hamann EM. (2013) Feeding and nutrition in primary health care and health promotion: the importance of a dialogue. *Demetra*; 8 (3); 487-498
- Poulain JP. (2013). *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Ramalho VLM Ribeiro AMP. (2008). Uma intervenção cognitivo-comportamental com uma criança com dificuldades alimentares: Pedro descobriu que gostava de comer. *Estudos de Psicologia*, v. 13, n. 3, p. 195-201
- Rocha RS Pinheiro LP Oría MOB Ximenes LB Pinheiro ANB Aquino OS. (2016). Social determinants of health and quality of life of caregivers of children with cancer Determinantes

- sociales de la salud y calidad de vida de los cuidadores de niños con câncer. *Rev Gaúcha Enferm.* v. 37, n. 3, set.
- Rodrigues LPF, Roncada MJ. (2008). Educação nutricional no Brasil: evolução e descrição de proposta metodológica para escolas. *Com. Ciências Saúde*; 19(4):315-322.
- Rogério W. (2015). *Reflexão e ação*: aprendizagem e alimentação escolar. Nov. Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/content/reflexao-e-acao-aprendizagem-e-alimentacao-escolar>> Acesso em 05. Jul. 2017
- Rotenberg S Vargas S. (2004). Práticas alimentares e o cuidado da saúde: da alimentação da crianças à alimentação da família. *Rev Bras Saude Matern. Infant.* Recife, 4, (1): 85-94, Jan./mar.
- Santos MÁ. (1989). *Biologia educacional*. São Paulo: Ática.
- Santos LAS. (2012). O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Ciênc. saúde coletiva*. vol.17, n.2, pp.455-462.
- Santos LAS. (2013). Da dieta à reeducação alimentar: algumas notas sobre o comer contemporâneo a partir dos programas de emagrecimento na Internet. *Physis*. 20(2):459-474.
- Silva R Velloso E Freitas AC Silva EMG. (2007). Saúde pública nutricional: o programa nacional de alimentação escolar (novos paradigmas). In: Angelis RC Tirapegui J. *Fisiologia da nutrição humana: aspectos básicos, aplicados e funcionais*. São Paulo: Atheneu.
- Silva ACR Fonseca AB. (2009). Pedagogical approaches on food and nutrition education in brazilian schools. *Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências*. VII Enpec. Florianópolis, Nov.
- Simões FD Franchikoski AS Negri ST (2004). Ações educativas em nutrição, desenvolvidas com pré-escolares no município de santo cristo, rs. *Revista Contexto & Saúde Editora Unijuí* Ano 03 n° 06 Jan./Jun.
- Schimitz BAS et al (2008). A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n 24.
- Scliar M. (2007). História do Conceito de Saúde. *Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 29-41.
- Soares AHR et al. (2011). Qualidade de vida de crianças e adolescentes: uma revisão bibliográfica. *Ciênc. saúde coletiva*, v.16, n.7.

- Soares AHR Martins AJ Lopes MCB Brito JAA Oliveira CQ Moreira MCN. (2011). Quality of life of children and adolescents: a bibliographical review. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 7, p. 3197-3206.
- Teo CRPA Corrêa EN Gallina LS Fransozi C. (2009). Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. *Nutrire*. dez.;34 (3).
- Toral N Slater B Silva MV (2007). Consumo alimentar e excesso de peso de adolescentes de Piracicaba, São Paulo, *Ver. Nutr.*, Campinas, v. 20, n.
- Tozoni-Reis MFC. (2010). *A pesquisa científica em andamento*. Caderno de formação: formação de professores educação cultura e desenvolvimento. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Pró-Reitoria de Graduação; Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Uchôa RPB. (2016). *Idosos com osteoporose e seus cuidados familiares: um estudo sobre o perfil populacional e a qualidade de vida*. 182f. (Doutorado em Psicologia) Recife: Universidade Católica de Pernambuco
- Valle JMN Euclides MP. (2007). Alimentary habit formation in childhood: a review of some aspects approached in the literature in the last ten years. *Revista APS*, v.10, n.1, p. 56-65, jan./jun.
- Valente FLS. (1986). Em busca de uma educação nutricional crítica. In: Valente F, organizador. *Fome e desnutrição: determinantes sociais*. São Paulo: Cortez.
- Valente FLS. (2003). Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 61-71.
- Valente FLS. (2005). *Segurança alimentar e nutricional: transformando a natureza em gente*.
- Valente FLS. (2002). *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo, Cortez.
- Vasconcelos FAG. (2005). Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Rev. Nutr.* v.18, n.4, p.439-57.
- Vergara SC. (2010) *Como elaborar trabalhos técnicos*. São Paulo: Atlas.
- Victoria CG. et al. (1997). Pacifier use and short breastfeeding duration: cause, consequence, or coincidence? *Pediatrics*, v. 99, p. 445-453.
- Vitolo MR. (2008). *Nutrição: da gestação ao envelhecimento*. Rio de Janeiro: Rúbio, 628 p
- Zancul MZ. (2004). *Consumo alimentar de alunos nas escolas de ensino fundamental em Ribeirão Preto*. 2004. 85f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto.


APÊNDICE A – TERMO DE CIÊNCIA E APROVAÇÃO

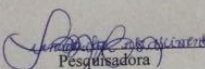
Eu, [REDACTED] responsável pelo Centro De Educação Municipal Infantil

[REDACTED]
Vitória/ES, declaro estar de acordo com a condução da pesquisa: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da Função desempenhada neste Processo”, desenvolvida sob a responsabilidade da pesquisadora, Fernanda Malta Leite Nascimento, portadora do CPF [REDACTED]
[REDACTED]

Declaro que conheço as finalidades e métodos que serão desenvolvidas, estando ciente de que não irá interferir no fluxo normal do Centro de Educação e que o estudo não acarretará nenhum ônus à mesma; declaro estar ciente da corresponsabilidade como centro de educação coparticipante do projeto de pesquisa, no compromisso da segurança e bem-estar dos sujeitos recrutados, dispondo a infraestrutura precisa para tal. Estou ciente que minha autorização é voluntária e a qualquer momento, posso solicitar esclarecimentos acerca do desenvolvimento do projeto de pesquisa que está feito e, sem qualquer tipo de constrangimento, posso revogar meu consentimento. Estou ciente que os sujeitos participantes da pesquisa serão os professores e o coordenador pedagógico do Centro de Educação. Os dados somente serão divulgados em publicações científicas, sendo preservada a identidade dos participantes e da instituição de ensino cedente.

Vitória, 14 de Maio de 2018.


Assinatura [REDACTED] Cargo/função [REDACTED]


Pesquisadora 107.975.377-77. nutricionista.
CPF [REDACTED] Cargo/função

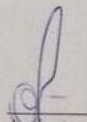
APÊNDICE B – TERMO DE CIÊNCIA E APROVAÇÃO

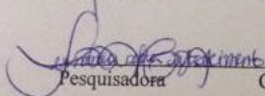
Eu, [REDACTED] responsável pelo Centro De Educação Municipal Infantil

[REDACTED]
Consolação, Vitória/ES, declaro estar de acordo com a condução do protocolo de pesquisa: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da Função desempenhada neste Processo”, desenvolvida sob a responsabilidade da pesquisadora, Fernanda Malta Leite Nascimento, portadora do CPF

[REDACTED]
Declaro que conhece as finalidades e métodos que serão desenvolvidas, estando ciente de que não irá interferir no fluxo normal do Centro de Educação e que o estudo não acarretará nenhum ônus à mesma; declaro estar ciente da corresponsabilidade como centro de educação coparticipante do projeto de pesquisa, no compromisso da segurança e bem-estar dos sujeitos recrutados, dispondo a infraestrutura precisa para tal. Estou ciente que minha autorização é voluntária e a qualquer momento, posso solicitar esclarecimentos acerca do desenvolvimento do projeto de pesquisa que está feito e, sem qualquer tipo de constrangimento, posso revogar meu consentimento. Estou ciente que os sujeitos participantes da pesquisa serão os professores e o coordenador pedagógico do Centro de Educação. Os dados somente serão divulgados em publicações científicas, sendo preservada a identidade dos participantes e da instituição de ensino cedente.

Vitória, 14 de Maio de 2018.


Assinatura [REDACTED] CPF [REDACTED] Cargo/função: *Dir. Ed.*

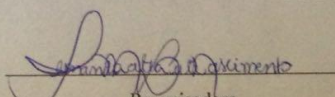

Pesquisadora [REDACTED] CPF [REDACTED] Cargo/função: *nutricionista.*

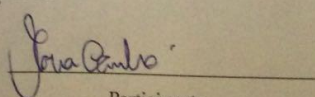
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

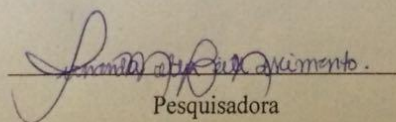

Participante

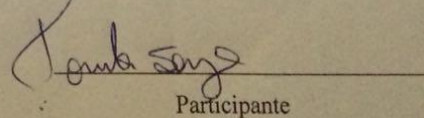
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

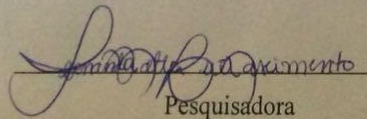

Participante

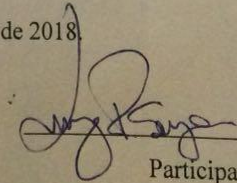
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

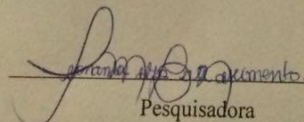

Participante

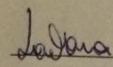
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

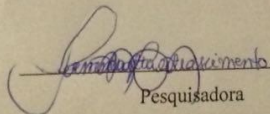

Participante

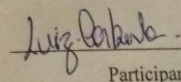
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: "Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo", que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo "Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo". Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

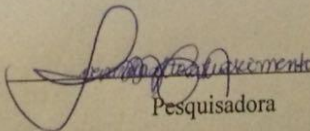

Participante

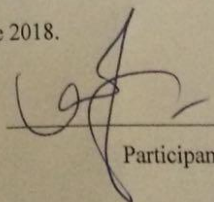
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

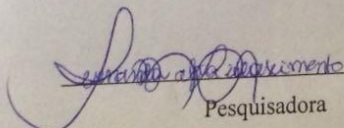

Participante

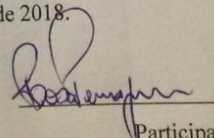
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

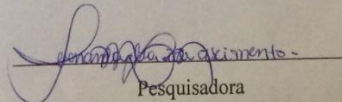

Participante

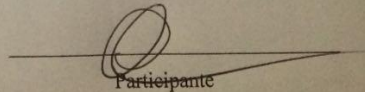
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

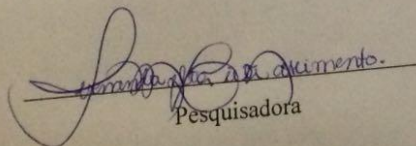

Participante

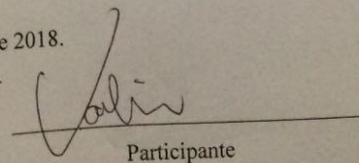
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

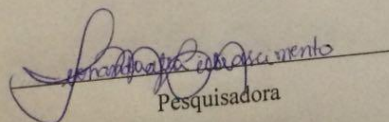

Participante

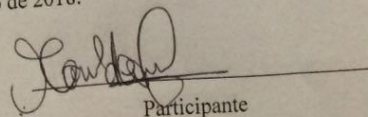
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

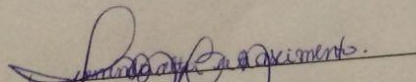

Participante

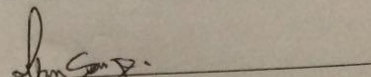
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

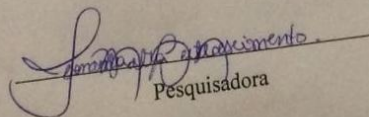

Participante

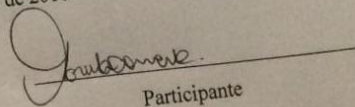
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

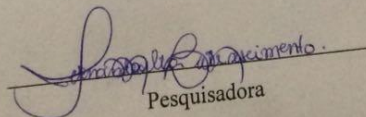

Participante

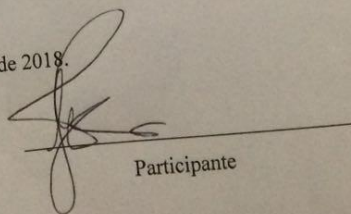
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora

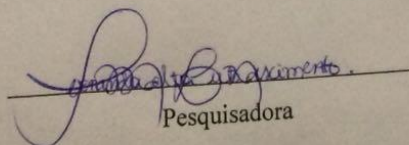

Participante

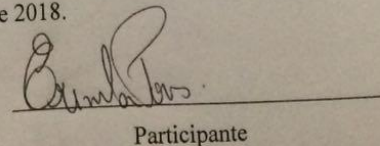
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado,

Convido você a participar da pesquisa intitulada: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”, que está desenvolvida Universidade Fernando Pessoa, em Portugal, sob orientação da Professora Doutora Isabel Silva. A pesquisa acontecerá por meio de aplicação de questionário (professores) e entrevistas (coordenador pedagógico). Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo que tem a finalidade de analisar a percepção de professores e coordenadores pedagógicos sobre o papel deles no processo de educação alimentar e nutricional. Após sua finalização a pesquisa poderá trazer benefícios para o desenvolvimento de ações de Educação Alimentar e Nutricional. Os dados serão analisados em conjunto com os de outros voluntários, sendo a sua identificação e dos demais participantes mantidas em sigilo, sendo usadas apenas para este estudo, podendo ocorrer publicações apenas com finalidade científica. A recusa em participar em qualquer momento e por qualquer razão, não implica em nenhum prejuízo pessoal. O estudo não lhe gerará nenhuma despesa pessoal, nem compensação financeira referente à sua participação, sendo qualquer despesa adicional absorvida pelo orçamento da pesquisa. A qualquer momento você poderá pedir os esclarecimentos que achar preciso ao pesquisador. Fica assegurado também, o direito de ser mantido atualizado acerca dos resultados da pesquisa, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento do pesquisador. Mediante o exposto, acredito ter sido suficientemente informado acerca das informações que li, descrevendo o estudo “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da função desempenhada neste processo”. Eu concordo em participar desta pesquisa. Os propósitos da pesquisa, procedimentos a serem feitos, e as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes estão explícitos. Esta claro que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia de acesso aos dados quando preciso. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, nesta Universidade.

Data: 14 de Maio de 2018.


Pesquisadora


Participante

APÊNDICE D – INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA DESTINADA AOS PROFESSORES

Prezado participante,

Agradecemos a sua participação nesta pesquisa: “Educação Alimentar e Nutricional e a Promoção da Qualidade de Vida em Escolares da Educação Infantil: Percepção da Função desempenhada neste Processo”. Ressalta-se que não existe resposta certa ou errada, o relevante é saber da sua opinião. Sua resposta é de suma relevância para conclusão deste estudo. São disponibilizados quatro opções de resposta:

() Concordo () Tentado a concordar () Tentado a discordar () Não concordo

É preciso que todas as questões sejam respondidas (marcadas), além das informações de identificação para que este instrumento seja reconhecido, bem como a escolha das respostas só pode ser uma de cada questão.

Assim, marque X, no campo correspondente à opção escolhida, de acordo com seu nível de concordância com a questão. Ao final, tem um espaço em branco destinado a sua opinião, sendo ele não obrigatório, mas caso queira compartilhar sua opinião ficaremos muito agradecidos.

Atenciosamente.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PROFESSORES

I DADOS PESSOAIS

1 Sexo:

Feminino Masculino

2 Idade:

18 a 29 anos 30 a 39 anos 40 a 49 anos Acima de 50 anos

3 Tempo de formado:

Menos de 5 anos Entre 6 e 10 anos Entre 11 e 20 anos Acima de 21 anos

4 Formação profissional:

Pedagogia Letras Biologia Outros.

Qual: _____

5 Tem o hábito de participar de eventos que envolvem a temática da Educação Alimentar e Nutricional:

Sim Não Às vezes

II CONCORDÂNCIA INDIVIDUAL OU NÃO REFERENTE A CADA PERGUNTA

- *Percepção do Professor Acerca da Educação Alimentar e Nutricional e seus Processos*

6 Percebo que, a EAN, evidência os fatores relacionados aos nutrientes e sua influência na saúde:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

7 No papel de educador, entendo que sou essencial na transmissão de saber acerca da educação e alimentação para os educandos, com vistas a conscientização da relevância dos hábitos de alimentação saudável na promoção de saúde.

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

9 Percebo que na condição de educador que ações em EAN são um caminho promissor para a formação de hábitos alimentares saudáveis:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

10 Na condição de educador, devo oportunizar os alunos a fazerem opções alimentares mais saudáveis, sendo o principal ator ativo do processo de promoção de qualidade de vida:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

11 O planejamento e implantação da EAN na escola devem envolver diversos atores e áreas do saber:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

12 A concretização de práticas de educação em EAN só podem ser considerados na medida em que elas geram mudanças de comportamento

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

13 Percebo que para EAN o educador deve passar todo o seu saber em nutrição para o aluno:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

14 O direito do sujeito à alimentação adequada e a segurança alimentar são assuntos importantes, entretanto, não fazem contemplados pela EAN:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

• *Abordagem educativa e pedagógica usadas em EAN*

15 As ações pedagógicas em EAN devem permitir a participação ativa do educando, no sentido de valorizar o conhecimento deste, através do desenvolvimento de habilidades intelectuais e aprendizagem atrelada a fatores consideráveis da realidade do mesmo, para sua transformação social:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

16 Como professor tento sensibilizar sobre o papel deles educando para o desenvolvimento do autocuidado, da autonomia e do empoderamento, considerando que estas são essenciais a saúde dos mesmos.

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

17 Ações ativas e a integração permanente entre aporte teórico e atividades práticas são apropriadas nas abordagens em educação usadas em EAN:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

18 Percebo que, na condição de educador, no que concerne a EAN devo atuar como mediador e o saber deve ser formado através de vivências do mundo real e da interação social, levando em conta o saber prévio dos alunos.

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

Prática Permanente e Interprofissional no Processo de Promoção de Hábitos Alimentares Saudáveis na Escola

19 Percebo que na condição de educador devo oportunizar os alunos a fazerem opções de alimentação mais saudável e a serem atores principais do processo de produção da saúde deles:

() Concordo () Tentado a concordar () Tentado a discordar () Não concordo

20 Percebo que meu papel na escola é educativo, nesse sentido as ações de promoção à saúde e formação de hábitos saudáveis fazem parte da função dos profissionais do campo da saúde:

() Concordo () Tentado a concordar () Tentado a discordar () Não concordo

21 A EAN precisa fazer parte da vida dos indivíduos ao longo da vida dos mesmos, em ações permanentes para a consolidação de formação de hábitos de alimentação saudáveis, englobando diversos profissionais e visando transformação de práticas sociais:

() Concordo () Tentado a concordar () Tentado a discordar () Não concordo

22 Como educador, entendo relevante a prática interprofissional em EAN no contexto escolar, porque possibilita aos profissionais do campo de nutrição e do campo escolar a trocarem vivências, conhecimentos e cooperação para o exercício de práticas transformadoras

() Concordo () Tentado a concordar () Tentado a discordar () Não concordo

23 Entendo que a função do nutricionista no contexto da EAN é supervisionar as cozinhas e dos educadores e coordenadores pedagógicos é de planejar e implantar ações educativas.

() Concordo () Tentado a concordar () Tentado a discordar () Não concordo

Escola contexto apropriado para o desenvolvimento de ações de EAN

24 O contexto escolar é o ambiente que oportuniza a edificação de valores, crenças, definições e formas de saber o mundo, sendo este adequado para a promoção da saúde, considerando seu potencial único para formar indivíduos autônomos e críticos, com capacidade de entender o seu mundo real e mudá-lo.

() Concordo () Tentado a concordar () Tentado a discordar () Não concordo

25 Percebo que os aspectos referentes à saúde e qualidade de vida precisam ser trabalhados em demais locais e pelos profissionais do campo da saúde habilitados para isso

() Concordo () Tentado a concordar () Tentado a discordar () Não concordo

26 O contexto escolar é o ambiente que oportuniza a aproximação da família e de profissionais da área da saúde para implantar ações de educação constates e permanentes em prol da promoção da saúde:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

27 A temática alimentação e nutrição no contexto escolar devem ser trabalhadas quando constar no projeto político pedagógico.

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

28 O desenvolvimento da EAN na escola deve ir além do contemplado no currículo, permitindo ações integradas com as disciplinas escolares:

Concordo Tentado a concordar Tentado a discordar Não concordo

ANEXO B - ENTREVISTA DESTINADO AOS COORDENADORES PEDAGOGICOS

I DADOS PESSOAIS

1 Idade:

2 Sexo:

3 Tempo de cargo:

4 Formação profissional:

5 Especialização:

6 Formação na área de EAN

7 Participa de eventos na área EAN?

II PONTUAÇÕES DIRECIONADORAS PARA ENTREVISTA

8 A EAN se refere a oferta de alimentos

9 EAN no Projeto Político Pedagógico

10 Análise, Escola, EAN: um trio de conversação

11 EAN no contexto escolar: práticas coletivas, dialógicas, potentes